



Índice

- 01** [Cultura indígena faz parte do Quinta com Arte](#)
- 02** [ELEIÇÕES - Campos promete ampliar acordos internacionais e "destravar" demarcações de terras indígenas](#)
- 03** [Dilma defende "exterminar" trabalho escravo e demarcar terras indígenas](#)
- 04** [Estratégias para a realização dos Jogos Indígenas são discutidas junto ao Comitê Intertribal](#)
- 05** [Comerciantes do Mercado e da Feira Indígena concordam com o fechamento da 7 de Setembro](#)
- 06** [Bebedeira leva indígena a tentar matar mulher e cunhada](#)
- 07** [Alerta: aumenta risco de genocídio contra população indígena isolada da Amazônia](#)
- 08** [UFRR faz festa indígena](#)
- 09** [Encontro Interconselhos debate o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável e a alimentação saudável](#)
- 10** [Especialistas da ONU: Povos indígenas não podem ser 'deletados' dos Objetivos de Desenvolvimento](#)
- 11** [UNESCO abre exposição no RJ para celebrar Dia Internacional dos Povos Indígenas](#)
- 12** [Projeto de habitação para os quilombolas será implantado em Cabo Frio](#)



- 13** [Curso de aperfeiçoamento reunirá professores no Pará](#)
- 14** [Consequências das enchentes motivam ribeirinhos a procurar Justiça Rápida em São Carlos](#)
- 15** [Quilombolas de Oriximiná abrem mercado internacional para o óleo de copaíba](#)
- 16** [Julho sangrento no país da pistolagem](#)
- 17** [Terceira Marcha dos povos indígenas de Roraima "Salve o nosso território, nossa mãe terra" celebra o Dia Internacional dos Povos Indígenas](#)
- 18** [Funai e MEC reafirmam parceria na cooperação para educação indígena](#)
- 19** [CE – Conflito agrário em Carnaubal tem desfecho com acordo judicial entre famílias e empresa](#)
- 20** [Evento debate cultura e sustentabilidade dos povos indígenas](#)
- 21** [Estrela mobiliza aldeia indígena para aplicar vacinas em cães](#)
- 22** [Culturas afro e indígena são temas da Mostra Brasileira de Dança, nesta quinta \(7\)](#)
- 23** [Dez anos de angustiante espera – e os Tupinambá reiniciaram as retomadas](#)
- 24** [Em protesto, índios se apropriam de ambulâncias em Marabá, no Pará](#)
- 25** [Condenados injustamente como terroristas, mapuches exigem que Estado cumpra reparação](#)
- 26** [Conferência Nacional de Política Indigenista é discutida na CNPI](#)
- 27** [RJ – Exposição Ashaninka marca celebração do Dia Internacional dos Povos Indígenas](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

-
- 28** [Carta Pública dos Povos Indígenas do Rio Negro sobre a Saúde Indígena no Brasil](#)
 - 29** [Candidatos à presidência falam sobre a Questão Indígena na CNA](#)
 - 30** [Organização criminosa atuava para impedir que etnia Xavante usufrísse Terra Indígena Marãiwatsédé](#)



Cultura indígena faz parte do Quinta com Arte

SÍTIO UNISITE, 06.08.2014

A "III Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas" é um evento destinado a resgatar o valor indígena na construção da identidade do Brasil. Assim, é possível nesta semana, até o dia 10 de agosto, apreciar a cultura destes nativos das Américas.

A Prefeitura da Estância Turística de Tupã, por meio da Secretaria de Cultura, abre as portas do Quinta com Arte para receber nesta quinta-feira, dia 7, nove grupos de danças indígenas no Espaço Cultural José Anselmo Filho, "Zé Pretinho", a partir das 19 horas. São três aldeias de lugares distintos, Araibá da cidade de Avaí; Icatú de Braúna; e Vanuíre de Arco Íris, que apresentarão essas danças típicas.

O Quinta com Arte está em sua 66.^a edição. É um projeto desenvolvido pelo Governo de Tupã, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e tem como objetivo levar para a Praça da Bandeira atividades culturais. Nesta semana, a cultura indígena entra em evidência, não apenas no palco do "Zé Pretinho", mas em tendas espalhas pela Praça da Bandeira, com exposição de fotos e banners mostrando parte da história indígena na região, workshop de pintura no corpo e praça de alimentação com comidas típicas, além da venda de artesanato produzido nas próprias aldeias.

A feira oferece, em parceria com a artesã Maria da Luz, curso de bordado. O visitante da feira pode aprender a bordar, se divertir e comprar produtos em biscuit, esculturas em madeira, bordados, crochê, flores e arranjos, chaveiros, pinturas em tecido, caixas personalizadas, sabonetes terapêuticos, sachês, tapetes, entre outros diversos trabalhos manuais, aproveitar a praça de alimentação cheia de opções para todos os gostos e passear no Trenzinho da Alegria.

Os participantes do CAMI (Centro de Apoio a Melhor Idade) de Arco-Íris, estarão, juntamente com o pessoal do NATI, animando a feira com o forró da sanfona do Seu Domingos. O Quinta com Arte acontece todas as quintas-feiras na Praça da Bandeira, no Centro de Tupã, a partir das 17 horas.



ELEIÇÕES - Campos promete ampliar acordos internacionais e "destravar" demarcações de terras indígenas
SÍTIO JORNAL FRANQUIA, 06.08.2014

O candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, disse nesta 4ª feira, 06.08, que o princípio da sustentabilidade, uma das principais bandeiras do seu programa de governo, não deverá ser uma barreira para o agronegócio.

Campos prometeu expandir os acordos comerciais do Brasil com outros países, que, para ele, estão "travados pelo Mercosul", e fazer a "pauta andar" em relação às demarcações de terras indígenas.

O presidenciável argumentou que os princípios da sustentabilidade já fazem parte da realidade mundial e que grandes empresas, inclusive do setor rural, estão comprometidas com propostas de produção e geração de energia mais limpa.

"Temos consciência que existe no agronegócio brasileiro uma compreensão de que representamos a possibilidade de marcar o encontro com o futuro. Defendemos valores reclamados pela sociedade global de hoje",

disse em resposta a perguntas de jornalistas após sabatina promovida pela CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Perguntado sobre a política de demarcação de terras indígenas, criação de unidades de conservação e reforma agrária, Eduardo Campos criticou a gestão do atual governo e prometeu destravar o debate acerca do tema.

"Esse é uma pauta que é finita porque a Constituição imaginou que em cinco anos seria possível fazer toda a demarcação. Não foi possível em cinco anos, mas não são necessários 50 anos. O grande desafio é exatamente discutir o plano de manejo, o desenvolvimento das comunidades que estão ali. Temos que ter um olhar para todos",

argumentou Campos, ao lado de Marina Silva, candidata a vice.

O presidenciável criticou a política cambial brasileira e postura do governo em relação ao comércio bilateral. Eduardo Campos questionou a atuação brasileira no Mercosul e prometeu ampliar os acordos do Brasil com outros países para ampliar as exportações, principalmente do setor rural.

"É fundamental uma governança macroeconômica que coloque o câmbio no lugar certo para que as exportações sejam prejudicadas. Precisamos investir em infraestrutura, em ciência e tecnologia, educação profissional e revisão do sistema tributário. Vamos rever a atitude do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

Brasil diante de um mundo que cada vez mais faz acordos bilaterais. O Brasil ficou amarrado nos debates do Mercosul e o fato é que o mundo avançou, como no acordo transpacífico, e isso deixa o caminho mais estreito para nós avançarmos.”

Fonte: Agência Brasil



Dilma defende "exterminar" trabalho escravo e demarcar terras indígenas

SÍTIO BOL, 06.08.2014

Bruna Borges
Do UOL, em Brasília

A presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou, para uma plateia repleta de lideranças do agronegócio, que o trabalho escravo é "uma chaga a ser exterminada". Ela participou de sabatina promovida nesta quarta-feira (6) pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), em Brasília.

"Uma questão que preocupa é o trabalho escravo e estou certa que todos produtores concordam que é uma chaga a ser exterminada de nosso país, inclusive para que os bons e sérios produtores não sejam discriminados pelos erros de uns poucos", disse Dilma.

A CNA é principal entidade representativa do setor agropecuário no país e reivindica ao próximo presidente medidas governamentais relacionadas à política agrícola, competitividade, relações de trabalho, segurança jurídica, meio ambiente e educação e assistência técnica.

A família da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente licenciada da entidade, já foi acusada pelo Ministério Público do Trabalho de explorar trabalho escravo em uma de suas fazendas.

Durante a sabatina, Dilma também defendeu a aprovação do projeto de lei que garante a descentralização das concessões do licenciamento ambiental. "A questão para corte de vegetação, é típica, não é questão federal, nós vamos criar uma imensa burocracia. Porque a União vai discutir autorização para aprovar o início de uma obra?", questionou a presidente.

A candidata petista destacou ainda o papel da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na inovação das tecnologias do campo que melhoram as condições de crédito e produção, além de ações do governo para o setor.

Sobre a demarcação de terras, a presidente afirmou que irá revisar e aprimorar os processos. "A questão da demarcação de terras indígenas é um dos nossos desafios."

Também foram sabatinados nesta quarta os presidentiáveis Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB). Ambos os candidatos de oposição prometeram melhoras no Ministério da Agricultura. O encontro recebeu separadamente os três candidatos para o debate e apresentação das propostas para o setor na sede da CNA.



Estratégias para a realização dos Jogos Indígenas são discutidas junto ao Comitê Intertribal

SÍTIO PREFEITURA DE PALMAS, 06.08.2014

O secretário extraordinário dos Jogos Indígenas, Hector Franco, se reuniu com o presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, na manhã desta quarta-feira, 06, na Prefeitura Municipal, na Av. JK para tratar dos Jogos Mundiais Indígenas. Também participou da reunião a pesquisadora Ana Patrícia Nassar.

Na ocasião foram discutidas estratégias para a realização dos jogos e a instalação do Comitê Intertribal em Palmas. "O Comitê terá um espaço em nossas instalações para participar ativamente de todo o processo de preparo dos jogos", informou Hector Franco acrescentando que na sede da pasta também haverá espaço para exposições sobre a vida e a cultura indígena. "Queremos que toda a sociedade participe dos jogos, se envolva, descubra o universo indígena, suas riquezas e ajude-nos a realizar uma grande festa", frisou Franco.

O presidente do ITC, Marcos Terena, afirmou que toda a sua equipe está imbuída de divulgar Palmas, como sede, a todos os países. "Sabemos do potencial de Palmas, queremos ajudar a transformar estes jogos em referência mundial" afirmou Terena.

Ainda de acordo com o líder indígena todas as etnias serão valorizadas em ações culturais que farão parte dos jogos. "Nossos irmãos das etnias do Tocantins, da Amazônia, do Brasil e também os de outras nacionalidades serão lembrados em todas as etapas da programação e da estruturação dos jogos", destacou Terena.

Jogos Mundiais Indígenas

Os Jogos Mundiais Indígenas estão previstos para o segundo semestre de 2015 e a expectativa é que participem aproximadamente 30 países. Além de acomodações e instalações para o evento, a cidade contará com aldeia para alojamento das etnias brasileiras, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato, além de instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.

A ação proporciona oportunidades e atividades culturais, incentiva ainda a igualdade racial e a troca de saberes construindo um legado de relacionamento para o bem comum entre índios e não-índios.



Comerciantes do Mercado e da Feira Indígena concordam com o fechamento da 7 de Setembro

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 06.08.2014

A Associmec (Associação dos Comerciantes do Mercado Municipal de Campo Grande) e a Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande concordam com o fechamento da Rua 7 de Setembro no trecho que liga os dois comércios para a formação de um complexo com praça de alimentação e mais segurança. A proposta é debatida nesta quarta-feira (6) na Audiência Pública da Câmara, com vereadores e representantes da Seintrha, Planurb, Agetran e Conselho de Arquitetura.

Membros da Aldeia Água Bonita reclamam da falta de segurança no local. A presidente da associação da feira, Vanda de Albuquerque, ressaltou que é importante um projeto de revitalização da área para afastar a criminalidade.

Ronald Kanashiro, diretor de patrimônio do Mercado, disse que o local foi pensado para uma população de 120 mil habitantes. "Hoje somos quase um milhão, é preciso ampliar o espaço porque já está ultrapassado".

Para o presidente da Agetran Jean Saliba, só é preciso ter cuidado ao analisar o fluxo de veículos na região aos sábados. "Concordo com a necessidade do projeto, mas precisamos estudar bem as alternativas de fluxo de veículos no local".

Segundo o vereador Eduardo Romero (PT do B), a ideia é votar o projeto de lei ainda amanhã (7), durante sessão na Câmara.



Bebedeira leva indígena a tentar matar mulher e cunhada

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 06.08.2014

Mais um caso de violência envolvendo indígenas em Dourados levou à prisão Valmir Teixeira Aurora, 42, morador na Aldeia Bororó, reserva indígena de Dourados. Sua companheira, Zeneide Oliveira Ferreira, ferida brutalmente na cabeça com golpes de faca, permanece no Hospital da Vida. O fato ocorreu depois de uma discussão causada em razão do consumo excessivo de bebida alcoólica. A irmã de Zeneide também se envolveu na briga e foi ferida no braço.

Nesta segunda-feira os indígenas bebiam em uma festa que acontecia na casa de Valmir, em determinado momento começou o bate boca entre ele e sua mulher, por motivos que estão sendo apurados pela polícia. Valmir não se conteve e avançou sobre a esposa, armado de uma faca ele desferiu vários golpes na cabeça da vítima.

A cunhada de Valmir, Silvana Ferreira de Moraes, 23, segundo as informações colhidas pela polícia, se envolveu na briga para defender sua irmã e tentar evitar o pior. Na confusão ela foi atingida no braço e foi encaminhada ao Hospital da Vida, onde foi atendida e liberada. Silvana agora serve como testemunha de acusação no processo a ser enfrentado pelo cunhado.

O acusado foi detido por lideranças indígenas, que com apoio da Força Nacional, encaminharam o suspeito para o 1º Distrito Policial do município. O homem negou as agressões, mas com o depoimento de testemunhas ele foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio.

BEBIDAS ALCOÓLICAS

O capitão da Aldeia Bororó, Gaudêncio Benitez, explica que existe um trabalho de prevenção na comunidade indígena, "Nós, que somos lideranças, nos esforçamos através de trabalho participativo, para auxiliar nosso povo sobre esse problema com álcool. Nos preocupamos com isso porque a bebida e a droga são fatores envolvidos em muitos dos crimes que acontecem na aldeia", afirma.

Benitez também enfatiza que devido ao grande número de indígenas o controle da venda de bebida fica precário, "os casos de violência acabam acontecendo, mas mesmo assim nós reforçamos a prevenção dentro da comunidade. Conversamos com os pais, os jovens e pedimos que o diálogo seja sempre constante, destaca. O capitão Benitez lembra que todo trabalho desenvolvido pelas lideranças é feito através do trabalho voluntário. (Renata Boeira, de Dourados)

Diário Ms



Alerta: aumenta risco de genocídio contra população indígena isolada da Amazônia
SÍTIO DIÁRIO LIBERDADE, 06.08.2014

Brasil - Adital - O mais recente contato de índios isolados na região da Amazônia brasileira, no norte do país, em junho deste ano, gerou um alerta entre organizações de direitos humanos e indigenistas para a necessidade de planos de contingência e de atenção à saúde desses povos.

Isso porque sete deles foram contaminados, acometidos de Infecção Respiratória Aguda (IRA), logo após primeiro encontro, chegando a apresentar sintomas como febre e tosse.

O primeiro contato direto entre os indígenas da etnia ashaninka e servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi estabelecido no último dia 29 de junho, na Aldeia Simpatia da Terra Indígena Kampa e Isolados do Alto Rio Envira, no Estado do Acre, região de fronteira do Brasil com o Peru. Os povos originários estão migrando por causa do avanço de narcotraficantes e de madeireiros peruanos.

De acordo com o médico sanitário Douglas Rodrigues, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que coordenou o atendimento médico da Funai e do Ministério da Saúde aos ameríndios, conhecidos como isolados do Xiname (mas cuja provável autodenominação seja Chitonawa), falta estrutura no local, especialmente de comunicação, insumos e equipamentos adequados. Além disso, ele alerta para o riscos de epidemias por doenças mais graves, como sarampo.

"Tanto a Funai como a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde] devem estar preparadas para novos contatos, eventualmente com grupos maiores, que, possivelmente, ocorrerão a partir desse contato atual, e poderão, inclusive, acontecer em curto espaço de tempo", escreveu Rodrigues, em relatório.

Em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), organização brasileira de defesa de bens e direitos relativos ao meio ambiente, patrimônio cultural, direitos humanos e dos povos, o médico diz acreditar que o episódio de contaminação por conta do contato, intensamente noticiado pela imprensa, pode representar uma mudança importante na forma como são realizadas as ações de proteção aos povos em isolamento voluntário e de recente contato.

Segundo o ISA, em 2013, o médico prestou consultoria para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na qual sistematizou referências e ameaças a povos isolados, apresentando propostas. Encaminhado à Funai e ao Ministério, o relatório informa que, na Sesai, não havia, até aquele momento, orientação ou norma técnica referente à assistência à saúde aos grupos de recente contato e que eles estavam sob a responsabilidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), cujos territórios sanitários incluem diversas aldeias.

Índios já teriam sofrido violência

CONT.



Mais do que isso, a Survival International, movimento global pelos direitos dos povos indígenas e tribais, publicou informações de que a etnia isolada já teria sido vítima de violência, levando especialistas a exigirem que seja protegida a terra desses povos com urgência. Do contrário, haverá risco de seu extermínio e genocídio.

Segundo a organização, relatos dos indígenas que estabeleceram contato sugerem que muitos de seus parentes mais velhos teriam sido massacrados e suas casas incendiadas. O intérprete Zé Correia relata: "A maioria dos idosos foram massacrados pelos brancos peruanos, que dispararam contra eles e incendiaram as casas dos isolados. Eles disseram que muitos idosos morreram e que chegaram a enterrar até três pessoas em uma mesma fossa. Disseram que morreu tanta gente que não puderam enterrar todos e que os abutres comeram seus cadáveres", publicou aSurvival.

Especialistas advertem que a Funai carece de recursos e pessoal suficiente para responder a casos similares no futuro, como equipes sanitárias especializadas em lidar com situações de contato e pós-contato. De acordo com aSurvival, em 2011, postos de guarda da zona chegaram, inclusive, a serem fechados depois de saqueados por narcotraficantes.

Diante disso, a organização exige que o governo brasileiro restabeleça, de imediato, os postos de guarda na área, como medida de urgência, e que destine mais recursos financeiros para o trabalho com índios isolados, investigando denúncias de massacre e protegendo suas terras.

"É vital que Brasil e Peru destinem fundos, imediatamente, para a proteção total das vidas e das terras dos indígenas isolados. Seu crescimento econômico está sendo produzido às custas das vidas de seus cidadãos indígenas. Agora, sua recém-acumulada riqueza deve ser usada para proteger os poucos indígenas isolados que, até o momento, sobrevivem ao contínuo genocídio dos povos originários da América", declarou o diretor da Survival, Stephen Corry.



UFRR faz festa indígena

SÍTIO FONTE BRASIL 10, 06.08.2014

Estão abertas até o dia 25 de agosto, as inscrições para a Semana dos Povos Indígenas da Universidade Federal de Roraima – UFRR. O evento tem o objetivo de apresentar o pensamento e a produção artística, científica e cultural dos indígenas. A programação será gratuita e acontece no período de 25 a 28 de agosto, integrada com os eventos: Caxiri Literário e II Encontro de Todos os Povos.

As inscrições podem ser realizadas no endereço <http://eventos.ufrr.br/splinter/evento>. A ação será realizada pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – INSIKIRAN/UFRR e pela Coordenação de Cultura – CCult/UFRR, com apoio de instituições e organizações parceiras.

De acordo com a coordenadora geral da Semana, professora Ise de Goreth, o evento envolverá ações práticas de saberes ancestrais e vivências tradicionais, feira de artesanato, culinárias, oficinas, seminários temáticos, apresentações de trabalhos científicos e culturais. “A proposta é estimular o diálogo e socializar saberes”, explicou.

O Caxiri Literário acontecerá no dia 25 de agosto, no Malocão do INSIKIRAN/UFRR, no Campus do Paricarana. A Mostra Científica e Cultural, será nos dias 26 e 27 de agosto, no INSIKIRAN.

Exposição de Artes Visuais – Também faz parte da programação a exposição “Meu Vizinho Karaiwa”, que acontecerá no período de 28 de agosto a 13 de setembro, no Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR, localizado na Avenida Nossa Senhora da Consolata, 565, Centro.

A visitação acontecerá no horário comercial e também até 21h durante a semana. As visitas no final de semana podem ser previamente agendadas. Há disponibilidade de atender turmas de alunos para visita monitorada. O agendamento deve ser feito na direção do Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR por meio do telefone (95) 3624-4181.

Programação resumida

– MINICURSOS:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

– OFICINAS:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

– APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS:

Dia: 27/08/2014

Horário: 14h às 16h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– MESA REDONDA:

Dia: 27/08/2014

Horário: 17h às 19h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– FEIRA DE ARTESANTO E CULINÁRIA TÍPICA:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– APRESENTAÇÃO CULTURAL

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

II Encontro de Todos os Povos

Evento: A Arte Indígena Contemporânea – MESA REDONDA – participação de artistas e artesãos, mestres e mestras dos saberes indígenas tradicionais, e da Profa. Maria Inês de Almeida – UFMG, apresentando resultados de projetos com a arte e literatura indígenas. Mostras de boas práticas, experiências e perspectivas. Livre para todos.

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 17h30

Local: Espaço de Cultura e Arte União Operária/UFRR.

Evento: Mostra de artesanato e troca de produtos

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Apresentação Cultural (música e vivência coletiva)

Dia 28/08/2014

Horário: 17h30 às 18h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Saberes Acentrais e Contemporaneidade – RODA DE CONVERSA. Aberto a todos os visitantes.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 19h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Cerimônia de Abertura do II Encontro de todos. Degustação de damurida,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

apresentações culturais coletivas e visitação a exposição.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

Encontro Interconselhos debate o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável e a alimentação saudável

SÍTIO SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 06.08.2014

Os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, participaram na manhã desta quarta-feira (06/08) da abertura do Encontro Interconselhos e de Comissões Nacionais para o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AIAF), no auditório do Palácio do Planalto, em Brasília (DF). O fórum reafirmou o papel da agricultura familiar, camponesa e indígena para o desenvolvimento rural sustentável e solidário e o direito à alimentação adequada saudável.

Gilberto Carvalho disse que o papel dos conselheiros é fundamental para “o desenvolvimento de uma economia solidária baseada no tripé saúde, alimentação saudável e valorização da sociobiodiversidade”. Para o ministro Miguel Rossetto, falar de agricultura familiar “significa buscar uma estratégia diferenciada de desenvolvimento”.

O debate foi promovido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que são órgãos colegiados formados por representantes governamentais e da sociedade civil que garantem a participação social nas políticas públicas.

Especialistas da ONU: Povos indígenas não podem ser 'deletados' dos Objetivos de Desenvolvimento

SÍTIO ONG NGO, 06.08.2014



Os novos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas não devem representar um retrocesso para os povos indígenas, afirmou o grupo de especialistas da ONU em povos indígenas*. O alerta foi dado após um encontro realizado pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, cujo escopo era esboçar um conjunto de objetivos que será apresentado para a Assembleia Geral da ONU em setembro.

"Os povos indígenas enfrentam desafios de desenvolvimento distintos, e muito piores em termos de desenvolvimento social e econômico se comparados aos setores não-indígenas da população em quase todos os países em que vivem", disseram os especialistas.

"Em todo caso", enfatizaram, "eles também podem contribuir significativamente para se atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, por causa dos seus sistemas de conhecimento tradicionais de manejo de recursos naturais, que sustentaram alguns dos ecossistemas mais diversos e intocados até o presente."

O grupo de especialistas assinalou com preocupação que todas as referências aos "povos indígenas" foram apagadas na versão mais recente do documento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que está em atualmente discussão pelo Grupo de Trabalho Aberto, embora essa referência estivesse presente em versões anteriores.

CONT.



“Usar a expressão ‘comunidades indígenas e locais’ enfraquece as conquistas dos povos indígenas no que se refere à afirmação de seu status e identidade específicos como povos e os direitos a eles conferidos pela Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU e outros instrumentos internacionais”, disseram os especialistas.

A expressão “povos indígenas”, conforme indicaram, foi usada de modo consistente na Declaração de Johannesburg de 2012 e no Programa de Ação da Rio+20 (2012), chamado de “O futuro que queremos”, para não mencionar um amplo leque de constituições, leis e políticas nacionais.

Os especialistas instaram os Estados-Membro da ONU no Grupo de Trabalho Aberto a ouvir as propostas formuladas pelos representantes dos povos indígenas nesse processo e assegurar que a expressão “povos indígenas” seja consistentemente utilizada no documento final.

“É amplamente reconhecido que os povos indígenas não receberam a atenção que merecem nos processos de desenvolvimento nacional e nos esforços de se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, disseram os especialistas.

“Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam uma oportunidade única para se remediar as injustiças recentes e as históricas, resultantes de racismo, discriminação e desigualdades longamente sofridos pelos povos indígenas por todo o mundo”, sublinharam.

Para os especialistas da ONU, a questão do consentimento livre, prévio e informado na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve ser abordada de um modo consistente com os padrões mínimos estabelecidos pela Declaração da ONU. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são uma oportunidade de conquistar um acordo quanto a compromissos mensuráveis no que se refere ao consentimento livre, prévio e informado”, declararam. Eles também alertaram para a desagregação de dados em todos os indicadores, de modo a permitir uma melhor avaliação da situação e condições dos povos indígenas em relação aos objetivos.

“Instamos os Estados a afirmar que a abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos humanos deve ser uma estrutura básica para se atingir um desenvolvimento sustentável e equânime e que isso deve, igualmente, ser declarado de forma clara no documento final do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”, concluíram os especialistas.

(*) Os especialistas:

Dalee Sambo Dorough, atual presidente do Fórum Permanente de Questões indígenas da ONU, que aconselha a ONU sobre as questões indígenas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, cultura, ambiente, educação, saúde e direitos humanos. O Fórum Permanente é constituído de dezesseis especialistas independentes de todas as regiões do mundo.

Albert Deterville, que lidera o Mecanismo de Cinco Especialistas sobre Direitos dos Povos Indígenas que oferece aos Conselho de Direitos Humanos da ONU estudos e pesquisas específicos sobre os direitos dos povos indígenas, tais como o direito à educação e o direito de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

participar dos processos de decisão.

Victoria Lucia Tauli-Corpuz, a nova Relatora Especial encarregada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU de monitorar, reportar e aconselhar a respeito da situação dos direitos dos povos indígenas ao redor do mundo.

Fonte: CID



UNESCO abre exposição no RJ para celebrar Dia Internacional dos Povos Indígenas
SÍTIO CIDADE NOVA, 06.08.2014

A quarta edição do Programa Índio no Museu é dedicada aos Ashaninka, povo que habita a região de fronteira entre o Brasil e o Peru, no Acre
por ONU Brasil publicado às 07:48 de 06/08/2014, modificado às 09:39 de 06/08/2014

A partir do próximo sábado (9), data em que se celebra o Dia Internacional dos Povos Indígenas, está aberta a exposição "Ashaninka – O Poder da Beleza". Realizada pelo Museu do Índio, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, o evento ocorre no Espaço Museu das Aldeias, em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Meninos Ashaninka. Foto: Ministério da Cultura

Esta é a quarta edição do Programa Índio no Museu, desta vez dedicada aos Ashaninka, povo que habita a região de fronteira entre o Brasil e o Peru no estado do Acre. A mostra revela, a partir de mitos, fotos e objetos de uso ritual e cotidiano, os dois grandes eixos a partir dos quais gira a cosmovisão do povo Ashaninka: a procura pela imortalidade e a fragilidade do amor.

Além da exposição, nos dias 9 e 10 de agosto, sábado e domingo, sempre às 16 horas, o público terá a oportunidade de conversar com os próprios Ashaninka, que estarão no Museu do Índio para falar sobre suas tradições e seu modo de vida nas aldeias.

A exposição

Tomar banho e fazer uma pintura facial ao acordar são rituais obrigatórios para um Ashaninka. Toda essa preocupação com a estética, fortemente presente na vida cotidiana das aldeias, está representada em fotos. As imagens mostram a potencialidade da arte corporal Ashaninka e a preparação de seus corpos para guerrear e seduzir.

Chapéus, carimbos e desenhos também estão na mostra, além de adornos corporais e roupas, como o Kitarentse – túnica longa que comunica corpo e cosmos – e os Txoxiki – grandes colares feitos com sementes. Cada linha desenhada, tatuada ou tecida é conectada aos mitos e à vida social Ashaninka.

Nos espaços expositivos do Museu do Índio, o visitante encontra, em mostras etnográfica e fotográfica, toda a riqueza da arte corporal e do poder da beleza que se manifesta no universo da etnia. Ao percorrer as exposições, o público compreende o significado da arte no modo de vida desse povo. A parceria direta com os índios é uma das prioridades dessa iniciativa, que tem como objetivo a documentação e a divulgação da cultura material indígena. A curadoria é assinada pelos pesquisadores Peter Beysen e Sonja Ferson.

CONT.



Os Ashaninka

Os Ashaninka somam aproximadamente 70 mil pessoas, sendo a maioria habitante de aldeias em território peruano. No Brasil, as aldeias se localizam nas proximidades dos rios Envira, Amônia e Riozinho, no Acre. Pertencem à família linguística Aruak (ou Arawak) e são o principal componente do conjunto dos Aruak sub-andinos, junto com os Matsiguenga, Nomatsiguenga e Yanesha (ou Amuesha). Apesar de existirem diferenças dialetais, os Ashaninka apresentam uma grande homogeneidade cultural e linguística.



Projeto de habitação para os quilombolas será implantado em Cabo Frio

SÍTIO PREFEITURA DE CABO FRIO, 06.08.2014

O prefeito Alair Corrêa recebeu em seu gabinete, na manhã desta terça-feira (5/8), a superintendência do Banco do Brasil e os membros da Associação dos Quilombos, para tratar um projeto de habitação para esse segmento histórico-rural de Cabo Frio.

Desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Fundiários, o projeto consiste na construção de casas para todos os remanescentes de quilombos em Cabo Frio. As casas serão construídas em um convênio da Prefeitura com o Ministério das Cidades. O Banco do Brasil está agenciando todo o projeto. Cada beneficiado vai pagar apenas 4% do valor das casas em um período de quatro anos.

Participaram do encontro o representante nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAC), Lamiel Barreto; os diretores do Banco do Brasil; e o secretário municipal de Assuntos Fundiários, Brasilmar Santanna.

- Após cumprir todo o protocolo diretamente com os remanescentes quilombos através da Associação Quilombola Maria Romana, o resultado foi o projeto implantado para a construção de casas. Todos envolvidos no objetivo de melhorar a vida da população quilombola em Cabo Frio - afirmou Santanna.



Curso de aperfeiçoamento reunirá professores no Pará

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.08.2014

Professores de 400 escolas quilombolas do Pará começam na próxima semana um curso de aperfeiçoamento direcionado à melhoria da formação continuada de professores em serviço nas escolas do campo. O workshop será ministrado pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

De acordo com o coordenador do programa na UFPA, Salomão Hage, o professor faz o curso no município onde reside, em regime de alternância, que compreende um período de frequência presencial no polo da universidade (tempo-escola) e outro de atividades realizadas em serviço (tempo-comunidade).

Como os educadores trabalham com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, 20 mestres e doutores da UFPA ministram a formação em pedagogia e outros 20, nas áreas de ciências humanas, matemática, linguagem e ciências naturais.

Salomão Hage salienta que é grande o universo de docentes que trabalham em escolas multisseriadas e quilombolas no Pará. Ele estima em dez mil o número de educadores espalhados pelos 144 municípios.

O perfil desses docentes, segundo Hage, é de um profissional que tem pouco acesso a cursos de licenciatura, vive no campo ou na sede do município, mas passa a semana na comunidade rural ou quilombola onde leciona. "Muitas deles moram na própria escola", diz.

Estímulo

Hage avalia ainda que a convivência por cerca de dez meses com mestres e doutores em educação dos quadros da universidade valoriza professores submetidos a uma rotina de isolamento. "Eles passam a ser vistos pelos gestores municipais e podem contar conosco", diz Hage, doutor pelo Instituto de Ciências da Educação da UFPA.

O curso de aperfeiçoamento da UFPA atende professores dos municípios de Acará, Augusto Corrêa, Bragança, Breves (na Ilha de Marajó), Cametá, Mocajuba, Mojuí dos Campos, Santarém e Tracuateua.

Outros mil educadores do estado iniciaram o mesmo tipo de formação entre maio e julho. No conjunto, o programa abrange 1,4 mil docentes de nove municípios paraenses. A certificação está prevista para abril e maio de 2015.

Sobre o programa

A iniciativa do MEC é voltada para formação de professores que atuam nas turmas dos anos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

iniciais do ensino fundamental, em escolas de comunidades quilombolas. Todas as atividades formativas são realizadas por universidades públicas participantes.

Em 2013, o MEC selecionou sete universidades federais para participar de um projeto-piloto , em quatro das cinco regiões do país, com 7,5 mil vagas: universidades federais do Amazonas (Ufam), da Bahia (UFBA), do Pará (UFPA), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Minas Gerais (UFMG) e do Maranhão (UFMA).

Fonte: Ministério da Educação

Consequências das enchentes motivam ribeirinhos a procurar Justiça Rápida em São Carlos

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 06.08.2014



Dona Antônia Leal, de 81 anos, foi resgatada pouco antes de ter a casa tomada pelas águas. Ficou três meses em Porto Velho até o Rio Madeira baixar o nível e finalmente voltar para o distrito de São Carlos, local onde sempre viveu e se sente bem, como fez questão de destacar durante a conversa com a juíza coordenadora da operação Justiça Rápida Itinerante no Baixo Madeira, Sandra Silvestre. A aposentada disse que contou com a ajuda dos vizinhos para limpar sua residência pois tem muitas dificuldades de locomoção. Chegou ao barco onde ocorrem os atendimentos, apoiada num taco de sinuca. No domingo, dia 3 de agosto, procurou a Justiça para atendimento médico e garantir benefícios, como a cesta básica.

“A falta de mobilidade não pode impedir que dona Antônia tenha acesso à assistência, por isso garantimos junto a defesa civil, que ela receba o alimento distribuído aos ribeirinhos”, esclareceu a magistrada, que foi pessoalmente até a casa da pioneira para averiguar as condições. Deparou-se com todas as dificuldades estruturais, mas também com a força e determinação de uma cidadã que quer fazer valer os seus direitos.

Como Dona Antônia, vários outros ribeirinhos buscaram na Justiça soluções para garantir os serviços essenciais para o distrito mais atingido pela cheia histórica. As reclamações vão desde a cobrança de contas de energia e telefone pelas operadoras, mesmo durante a interrupção dos serviços em consequências das enchentes, até o restabelecimento do atendimento de saúde e educação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

A população limpou prédios públicos como quadra, colégio, posto de saúde, mas reclama que a contrapartida do Poder Público é lenta ou inexistente. Segundo os moradores, as aulas só recommçaram por iniciativa dos próprios professores, porém muitos alunos não conseguem chegar até a escola por falta de transporte escolar.

A limpeza da localidade ganhou reforço com a chegada da operação Aciso, parceria do Exército com a Justiça Rápida. 45 homens foram a São Carlos para os mais diversos serviços, tais como retirada de entulhos e terras, reparos e pinturas nos prédios, recreação com as crianças (oficina de desenho e música), além de atendimento médico e odontológico, serviços já oferecido nas demais localidades visitadas pela Justiça Rápida.

"A presença do Exército foi um diferencial na operação realizada no abrigo único no parque dos Tanques, e não poderia ser diferente na Aciso realizada em São Carlos. Até a banda da 17ª Brigada compareceu e contribuiu para tornar o trabalho mais leve, diante de tanta devastação e problemas sociais no distrito", observou Sandra Silvestre ao acompanhar o hasteamento da bandeira, realizado como ato simbólico do encerramento das atividades. Quem teve a honra de hastear pavilhão foi o menino Hércules, orgulhoso da função que recebeu.



Quilombolas de Oriximiná abrem mercado internacional para o óleo de copaíba SÍTIO R7, 06.08.2014

Houve um tempo na região de Oriximiná, na Calha Norte do rio Amazonas, no Oeste do Pará, em que o óleo de copaíba, um dos mais apreciados ingredientes pela indústria de aromas e cosméticos era apenas moeda de troca que as comunidades extrativistas quilombolas da região usavam para trocar por óleo diesel ou mantimentos. Quase sempre por meio de atravessadores, chamados regionalmente de regatões. Eles recolhiam o óleo e deixavam o combustível e a comida. Era assim a relação de comércio entre a comunidade e o “mundo lá fora”.

Isolados no interior da floresta, acessíveis apenas após longas horas de barco, desarticulados socialmente para o comércio, os quilombolas de Oriximiná viviam relações comerciais que os colocavam quase que na condição de escravos. Quando chegavam a vender o precioso óleo, o preço era estipulado pelo comprador, que pagava o que queria. Sempre menos do que valia o óleo. Nada justo, portanto. O jovem da comunidade crescia e a última coisa que pensava era em seguir extraíndo óleo, como faziam seus pais, avós...

Mas há pouco mais de um ano essa situação começou a mudar. Com o apoio de algumas organizações que têm como objetivo ajudar a conservar as florestas nativas da região, os quilombolas começaram a se organizar para comercialização coletiva. Existia uma cooperativa, mas estava desarticulada e que nunca havia trabalhado com comercialização de óleos.

Foi preciso retomar o trabalho, organizar a produção. “Nem todos acreditaram. Mesmo assim fomos adiante”, lembra o biólogo Léo Ferreira, ligado ao projeto Florestas de Valor, do IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, localizado em Piracicaba (SP). Segundo Ferreira, a meta da era fortalecer o extrativismo e fazer a conexão com o mercado. Mas em novas bases.

Na floresta, os extrativistas funcionam como fiscais da natureza. Como têm uma relação secular com a mata e dependem dela para viver, eles expulsam grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais. Eles também detêm formas tradicionais de explorar os recursos da floresta sem destruir a mata. Isso faz deles importantes agentes na tarefa de manter a floresta em pé. No caso dos quilombolas parte de suas terras são reconhecidas oficialmente e o uso é um direito de que eles podem dispor. Com toda a riqueza natural ao redor e o conhecimento para usar de modo sustentável, os quilombolas de Oriximiná precisavam apenas de mecanismos que os remunerassem melhor.

“Em 2012, começamos a discutir com eles os princípios de uma comercialização ética. Fomos ouvi-los para saber o que eles consideravam justo e essencial numa relação de comércio”, lembra o especialista do IMAFLORA. “Começamos nosso exercício com a castanha-do-Brasil, que é abundante na região, e depois seguimos com o óleo de copaíba, cuja extração eles conhecem há várias gerações”.

CONT.



Os quilombolas têm formas tradicionais de extrair a copaíba, conhecem as áreas na palma da mão e precisavam apenas de orientações sobre como manejar e garantir uma produção de qualidade. Quando essa parte do trabalho estava de pé, foi a hora de bater à porta das indústrias.

E foram várias as portas. Até que uma delas se abriu. Uma empresa suíça ligada ao ramo da perfumaria e disposta a suavizar sua pegada ecológica foi a escolha mais acertada. A empresa Firmenich, uma das maiores do mundo no mercado de fragrâncias e sabores aceitou o desafio de se embrenhar na Amazônia e ir discutir com os quilombolas um acordo de compra e venda de copaíba.

Foi uma experiência nova para ambos os lados. O executivo da empresa, sentado sob as árvores da comunidade, ouvindo dos quilombolas o que eles achavam justo para entregar o óleo. A empresa explicava o que era importante para ela: qualidade, regularidade na entrega e a certeza de estar contribuindo para conservar a floresta.

“Com isso, nós temos controle da nossa cadeia produtiva, sabemos que a matéria prima que compramos está melhorando a vida da comunidade, mantendo de pé a floresta e garantindo nosso negócio. E o nosso cliente é informado sobre isso”, destaca André Tabanez, gerente de Projetos da Firmenich.

Ele lembra que, ao trabalhar dentro dos critérios e exigências técnicas de uma empresa multinacional, a comunidade está sendo preparada para o mercado. “Hoje a comunidade pode negociar com qualquer grande empresa do mundo, pois sabe como negociar, coletar, armazenar e entregar o produto como exigem os grandes clientes. Isso faz parte do legado intangível que deixamos para eles”.

No primeiro ano de vigência do acordo, somente as comunidades ligadas ao projeto Florestas de Valor conseguiram entregar 2, 5 mil litros de óleo de copaíba para a empresa. Tudo coletado no sistema coletivo, dentro da estrutura desenhada com a ajuda dos técnicos. Um sistema de amostragem registra a procedência de cada porção de óleo, de modo a garantir a qualidade e corrigir possíveis contaminações.

Com isso, o preço do litro do óleo de copaíba saltou cerca de 90% a mais que o mercado local costumava pagar. “Hoje até os atravessadores que ainda atuam na região têm de adequar ao novo preço”, comemora Léo. “E a indústria está aberta a receber mais e mais óleo vindo da floresta”, anima-se.

O desafio do projeto, segundo ele, é identificar novas áreas de extração do óleo de copaíba, bem como novos produtos e mais ainda: levar a tecnologia do manejo e os protocolos de comercialização ética para outras comunidades na Calha Norte, que provavelmente neste momento estejam trocando copaíba por combustível.

Trama de apoios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

O IMAFLORA atua na região desde 2006, Durante esse período contou com diferentes fontes de recurso para viabilizar as ações junto as comunidades. Desde 2013, o projeto conta com patrocínio da Petrobras e participa do Programa Petrobras Socioambiental, um dos instrumentos da política de responsabilidade social da companhia. "Tivemos de fazer um tecido interinstitucional para viabilizar o projeto e os resultados devem ser creditados a todos os apoiadores. E esta é uma lição que aprendemos: somente unindo as forças é que poderemos manter a floresta em pé".

Website: <http://www.imaflora.org.br>



Julho sangrento no país da pistolagem

SÍTIO EM RONDÔNIA, 06.08.2014

Em Rondônia, em área impactada pelas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ocorreu um duplo assassinato e uma terceira pessoa ficou baleada.

As últimas semanas tem sido marcadas pelo sistemático assassinato de lideranças rurais pelo Brasil e mortes em razão de conflitos fundiários. Outros diversos casos de tentativas de assassinatos por pouco não se concretizaram. Pobres lavradores, quilombolas, indígenas: todos os condenados da terra, esquecidos pelas políticas públicas de demarcações e reforma agrária, estão pagando com suas vidas a política do atual governo de não demarcar terras indígenas, não regularizar territórios quilombolas, e não assentar famílias camponesas. Os efeitos da política de omissão do governo no caso das demarcações de terras indígenas – coordenadas pelo Ministério da Justiça – foram demonstrados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em relatório sobre a violência contra povos indígenas em 2013, lançado no dia 17 de julho. De acordo com nota do CIMI: "no lugar de demarcar as terras, assentar os pequenos agricultores e pagar as benfeitorias, a decisão do governo é a de não contrariar os aliados ruralistas." O resultado tem sido sangrento.

As informações da violência no campo tem sido divulgadas na página da Comissão Pastoral da Terra. Abaixo, um breve resumo de um mês sangrento. As mortes ocorreram na Amazônia e no Nordeste.

No Maranhão, Zé Enedina era uma liderança importante na luta pela terra em Araiases. Ele vivia no imóvel Santa Rosa, uma área com 1.100 hectares e palco de conflitos há duas décadas. A área, que pertence à União Federal e deveria ser destinada ao assentamento de 30 famílias que vivem no local, segue com titulação indefinida pelo Incra, Secretaria de Patrimônio da União e a antiga pretensa proprietária, a fazendeira Ester Furtado. Zé Enedina foi encontrado morto na noite da segunda-feira, 21 de julho. Seu corpo, em estado de decomposição, apresentava lesões de pancadas e facadas. De acordo o advogado da CPT, Diogo Cabral, esse é o quarto assassinato nesse ano no estado.

Em Rondônia, em área impactada pelas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ocorreu um duplo assassinato e uma terceira pessoa ficou baleada. Agricultores e lideranças do Acampamento São Cristóvão, situado na Gleba Garça, nas proximidades de Porto Velho (RO), denunciaram na Comissão Nacional de Conflitos Agrários, as morte suspeitas em poucas semanas, de dois membros do acampamento e um terceiro deles atingido por arma de fogo, que se encontra internado no Hospital João Paulo II, em Porto Velho. Segundo os posseiros, 150 famílias ocupam a área da Fazenda Alexandria, sendo diversas delas de desempregados das obras das usinas do Madeira, Santo Antonio e Jirau. A ocupação iniciou em janeiro de 2013.

CONT.



Um liderança foi assassinada em São Felix do Xingu, um dos municípios mais violentos do Brasil, sinônimo de banguê banguê, disputa por terras e pistolagem. Félix Leite dos Santos, vice-presidente da associação dos ocupantes de uma área de terra pública, conhecida como Divino Pai Eterno, localizada no Município de São Félix do Xingu (PA), foi assassinado a tiros na sexta-feira 18, quando saía de sua roça e retornava para sua casa. Seu corpo só foi encontrado no sábado por familiares que passaram a procurá-lo devido ele não ter retornado para casa no final do dia de trabalho. Félix era casado e pai de cinco filhos. Segundo informação do presidente da Associação, ele já vinha recebendo ameaças de morte e registrou o fato na Delegacia de Polícia de São Félix do Xingu. O corpo de Félix foi sepultado em Marabá,

Na Bahia, o líder quilombola Paulo Sérgio Santos, 42 anos, foi assassinado no final da tarde do domingo, 6 de julho, no acampamento quilombola Nelson Mandela, nas proximidades de uma comunidade Quilombola localizada em Helvécia, interior de Nova Viçosa, na Bahia. Foi surpreendido por homens armados que chegaram em um carro modelo Gol, cor prata, e desceram atirando em sua direção. Paulo participaria no dia seguinte de uma reunião com uma empresa de celulose. Segundo um dos membros do movimento quilombola da região, União de Negros pela Igualdade (Unegro), muitas destas comunidades sofrem a opressão da violência armada comandada por empresas de segurança contratada pelas empresas de celulose que ocupam mais de 70% das terras quilombolas da região de Nova Viçosa, além, também, da violência empreendida por empresários do agronegócio.

No Pará, o líder quilombola Artêmio Gusmão, conhecido pelo apelido de Alaor, foi assassinado na sexta-feira 4 de julho, por volta de 19h. O crime foi praticado quando Alaor voltava para a comunidade, após assistir à partida entre Brasil x Colômbia, na Vila Camaral, no Pará. Alaor era coordenador da comunidade Mancaraduba. Dois irmãos do líder quilombola já haviam sido assassinados no ano retrasado devido, também, a conflitos fundiários.

A justiça tem sido cúmplice dessa violência. Em Marabá, foram presas quatro lideranças do MST, entre elas Moises Jorge. Em Alagoas, policiais militares prenderam agente de saúde indígena e liderança do povo Xukuru-Kariri, José Carlos Araújo Ferreira, mais conhecido na comunidade como Carlinhos, na sexta-feira, 11. Ele integra a Comissão de Luta pela Terra do povo Xukuru-Kariri.

Ao mesmo tempo em que é ágil para prender lideranças dos movimentos sociais – como o caso dos ativistas presos no Rio de Janeiro – a mesma justiça é lenta quando convém aos patrões da Casa Grande. A demora do judiciário tem acirrado os conflitos em Corumbiara, Rondônia, palco do massacre que matou ao menos 11 pessoas em 1995. A demora ocorre no andamento de processos relacionados aos Contratos de Alienação de Terra Pública (CATPs) emitidos na década de 1970, cujos responsáveis não cumpriram cláusulas dos contratos assinados com o Incra.

No Maranhão, a juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, da comarca de São João Batista, soltou o o pistoleiro Josuel Sabóia, que participou da morte do líder quilombola Flaviano Pinto, em 30 de outubro de 2010, no município de São Vicente Ferrer (MA). No Pará, a justiça vai decidir, na próxima terça-feira dia 29 de julho, se anula o julgamento que soltou o acusado de ser o mandante do assassinado dos ambientalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

ocorrido em maio de 2011 em Nova Ipixuna.

A CPT aguarda informações para confirmar se o assassinato de seis pessoas no agreste de Pernambuco também está relacionado com conflitos fundiários.



Terceira Marcha dos povos indígenas de Roraima "Salve o nosso território, nossa mãe terra" celebra o Dia Internacional dos Povos Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.08.2014

Ascom/CIR

Em mais um ato coletivo de conquistas e reivindicações de direitos, povos indígenas de todo o Brasil celebram no próximo dia 9 de agosto, o Dia Internacional dos Povos Indígenas. Por esse motivo, em Roraima, será realizada nesta sexta-feira, 8 de agosto, a III Marcha dos Povos Indígenas com o tema "salve o nosso território, nossa mãe terra". A concentração do movimento ocorrerá, a partir das 7h, no Memorial Ovelário Tames, localizado na praça central da capital roraimense, Boa Vista.

Esse ano, a Marcha trás para as ruas de Boa Vista, a visibilidade da organização social dos povos indígenas de Roraima, através da atuação das organizações indígenas nos diversos contextos tais como, político, territorial, saúde, educação, sustentabilidade, autonomia e outros que somam a bandeira de luta do movimento indígena local, bem como o repúdio as graves ameaças aos direitos dos povos indígenas, principalmente, direitos territoriais em todo o Brasil. A Marcha segue também, as mobilizações regionais que ocorrerão no mesmo dia nos diversos estados do país.

De acordo com a programação, às 7h, haverá o café coletivo, e em seguida a recepção dos participantes com músicas e danças tradicionais. Às 9h, a abertura do evento com a leitura da Carta da III Marcha dos Povos Indígenas de Roraima e pronunciamento das organizações indígenas. A Carta irá apresentar demandas referentes aos direitos indígenas, mineração e hidrelétricas em terras indígenas, saúde e educação, desenvolvimento e sustentabilidade.

A Marcha, um ato pacífico que vem ocorrendo a três anos em Roraima, percorrerá a partir das 9h30 as principais vias do centro da cidade, com retorno à praça, ao meio dia. Às 14h, a continuidade da caminhada para a entrega de documentos nos principais órgãos públicos locais. O encerramento, no mesmo local de concentração, está previsto para as 17h.

Participam do movimento, comunidades indígenas, representantes de organizações indígenas, movimentos sociais e demais entidades parceiras da causa indígena. A expectativa é reunir mais de 800 participantes.

Mobilizações regionais - A realização das mobilizações regionais é um dos encaminhamentos da Mobilização Nacional Indígena, realizada no mês de maio desse ano, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com entidades indigenistas, onde reuniu mais de 800 indígenas de várias regiões do Brasil, que decidiram coletivamente dar continuidade as mobilizações, de acordo com a realidade de cada povo e região.

Para mais informações pelos contatos: 3224-5761 (Secretaria/CIR) e 9126-0803/8101-7827 (Mayra/ Comunicação).



Funai e MEC reafirmam parceria na cooperação para educação indígena
SÍTIO FUNAI, 06.08.2014

Para estabelecer projetos de cooperação para garantir o direito à educação e implementar políticas públicas educacionais para as populações indígenas brasileiras, foi publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (04) o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Nacional do Índio e o Ministério da Educação, com duração de 03 anos.

Entre os objetivos do instrumento, está a promoção da articulação entre Comunidades e Povos Indígenas, Sistemas de Ensino, Instituições de Educação Superior e outros setores governamentais para a garantia do direito à educação diferenciada, bem como a efetivação da legislação educacional e indigenista e das políticas correspondentes, além da implementação dos Territórios Etnoeducacionais, bem como o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas e a Ação Saberes Indígenas na Escola.

O termo aditivo também irá promover a participação dos Povos Indígenas e o exercício do controle social nas políticas públicas educacionais, em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, estimular a articulação entre instituições da Sociedade Civil, Povos e Comunidades Indígenas, Instituições de Ensino e demais órgãos de governo, com vista ao aprimoramento das políticas públicas educacionais e à colaboração com os Programas para Povos Indígenas de recente contato, coordenados pela Funai.



CE – Conflito agrário em Carnaubal tem desfecho com acordo judicial entre famílias e empresa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.08.2014

Karol Dias – comunicadora popular da ASA

No dia 30 de julho, uma audiência no Fórum de Carnaubal/CE deu desfecho ao conflito agrário que demoliu brutalmente seis residências e uma casa de farinha na comunidade Lagoa do Américo, no início de setembro de 2013.

As famílias que ali moravam, estavam participando dos festejos da padroeira da cidade, no momento em que tudo aconteceu, há quase um ano.

A ação violenta foi executada por dois advogados que pretendiam vender a terra para uma empresa do mercado de energia eólica. Os mesmos foram presos junto com os operadores de máquina enquanto fugiam do local, graças a ligações de vizinhos que ouviram o barulho das máquinas. No entanto, pagaram fiança e logo saíram. Segundo Valdinar Brito, presidente da associação, ainda na delegacia eles disseram que, se as casas fossem reerguidas, derrubariam de novo.

Um detalhe importante no relato dessas famílias, posseiras há mais de trinta anos, é que faltava uma semana para receberem o resultado de um pedido de usucapião.

Solidariedade

No dia seguinte à destruição das casas, muitas organizações da sociedade civil foram à comunidade prestar apoio e pensar estratégias de resistência. Realizaram uma reunião na sede da associação na qual Valdinar Brito contou toda a história, uma vez que as vítimas, ainda em estado de choque e comoção, não conseguiam falar.

Neste dia, visitando o local do conflito, todas/os se indignavam com o cenário de destruição que soterrava bens materiais e memórias de uma história de vida e trabalho na terra.

Como encaminhamentos frente à situação, planejaram realizar uma campanha de arrecadação de recursos com o objetivo de reconstruir as casas e providenciar assessoria jurídica para as famílias.

Desdobramentos

Nos dias que se seguiram um advogado que prestava serviços de procurador à prefeitura municipal e já era conhecido das famílias, se propôs ajudar. Processaram a empresa e de início ela foi condenada a pagar um salário mínimo para cada uma, enquanto durasse o processo. O valor recebido no primeiro mês foi repassado a ele e nos meses seguintes, embolsava a metade.

CONT.



Nesse meio tempo, um representante da empresa fez algumas tentativas de negociação. A princípio ofereceu uma área de 30 hectares próximo aos 17 hectares que eram das famílias. Não houve concordância, pois, de acordo com um dos moradores, se tratava de um terreno pedregoso com poucas condições de ser cultivado.

Em outra oportunidade, sugeriu que aceitassem a posse da terra e uma indenização de R\$ 30.000,00 cada, encerrando assim o processo na justiça. Pensaram em aceitar, mas, não deram resposta definitiva, levando a empresa a aumentar a oferta.

Recentemente propôs a posse, uma indenização de R\$ 37.500 para reconstrução das casas e R\$ 40.000, 00 para escavação de um poço profundo. As famílias aceitaram o acordo mesmo sabendo que o valor não corresponde ao dano material e emocional causado. Valdinar explica ainda que "os danos morais foi de R\$ 75 mil, mas, esse valor ficou pro judiciário, pros cofres públicos".

Porém, para elas o que realmente importa é ter sua terra de volta e poder cultivá-la novamente.

Sentimentos e reflexões

O desfecho dessa história é motivo de grande alegria! "Estamos muito felizes, porque nós ficamos com nosso terreno, vão dar o documento tudo em mãos para cada um, vamos receber um poço no nosso terreno, a gente está se sentindo feliz e esperando que tudo dê certo", conta Raimunda Nonata, uma das moradoras da área.

Voltando para sua terra já começaram os alicerces das novas casas e vasculham os escombros a fim de aproveitar a madeira das que foram derrubadas. Animadas/os, planejam fazer uma inauguração convidando a todas/os que apoiaram sua luta.

Certamente se não tivessem aceitado o acordo, o processo poderia demorar anos e elas continuariam impedidas de trabalhar no local. No entanto, o que é conquista para as famílias representa também vitória para a empresa, uma vez que favorece a possibilidade de avançar em seus empreendimentos na região e quem sabe, prejudicar muitas outras famílias agricultoras.



Evento debate cultura e sustentabilidade dos povos indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 07.08.2014

Será realizada entre os dias 7 e 11 de agosto, em Marechal Thaumaturgo (AC), a I Copa das Árvores. O evento será realizado em plena Floresta Amazônica, na Aldeia Kuntamanã, do povo kuntanawa. O objetivo é debater a sustentabilidade ambiental e a valorização e utilização dos conhecimentos tradicionais dos povos da floresta.

A expectativa é que participem cerca de 600 a 700 indígenas de diversas etnias, além de representantes do poder público e de organizações da sociedade civil.

Parte dessa transmissão do conhecimento tradicional será realizada na Casa dos Guardiões do Conhecimento, que foi construída na copa de um apuizeiro, árvore nativa da região. "A ideia é que os participantes tenham um contato direto com a floresta, e não há melhor lugar para isso do que na copa de uma árvore", considera Haru Kuntanawa, presidente da Associação Sociocultural e Ambiental Kuntamanã (Ascak) e coordenador do evento.

"Outro objetivo é divulgar valores culturais, ambientais, medicinais e espirituais guardados pelos anciões de cada povo, que infelizmente vêm se perdendo e sendo esquecidos pelas novas gerações. Nossa intenção é que esse conhecimento seja repassado não só aos povos da floresta, mas a toda a sociedade", afirma.

Programação

Entre as atividades previstas no evento estão o estudo e a implantação, com participação dos indígenas locais, do Modelo de Gestão Ambiental em Aldeias Indígenas (MGAAl). Serão discutidos temas como lixo, água, saneamento básico e educação ambiental, entre outros.

"De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os municípios brasileiros deverão erradicar seus lixões e optar por aterros sanitários. A Copa das Árvores pretende estruturar as estações de compostagem e o armazenamento e encaminhamento dos resíduos sólidos inorgânicos, deixando uma logística permanente na aldeia Kuntamanã", informa.

Outro evento a ser realizado é a I Feira de Sustentabilidade e Comércio Justo dos Povos Pano e Comunidades Extrativistas da Floresta. Além da venda de artigos produzidos pelos indígenas, a feira contará ainda com rodas de debate sobre economia solidária, comércio justo e economia criativa.

A Copa das Árvores também terá torneios esportivos de modalidades tradicionais, como arco e flecha, lançamento de lança, natação, corrida e cipó de força (espécie de cabo de guerra), e jogos de futebol, em homenagem ao Mundial realizado no Brasil.



Estrela mobiliza aldeia indígena para aplicar vacinas em cães

SÍTIO O INFORMATIVO DO VALE, 07.08.2014

Foram feitas vacinas em 27 animais. Ação teve como objetivo evitar a transmissão de doenças em pessoas

Estrela - A equipe da Secretaria do Meio Ambiente mobilizou a aldeia indígena nesta quarta-feira (6) para uma ação inédita: aplicar anticoncepcionais em cadelas e desvermifugar cães. Foram feitas vacinas em 27 animais. A ação realizada em parceria com a Secretaria da Saúde teve como objetivo diminuir o abandono bichos de rua e evitar a transmissão de doenças em pessoas.

Há um ano e meio, a Administração vem intensificando os cuidados com os animais e executando ações como esta. O veterinário Luis Cesar Schauenberg, diz que atividades similares já foram feitas nos bairros Marmitt e Imigrantes. O município investe na saúde e sanidade dos animais por questão de carinho e humanidade, mas também para proteger os humanos.

A enfermeira Edneia Felzmann informa que zoonoses interferem na saúde das pessoas e do meio ambiente. "Um cão doente pode transmitir infecção de pele, bactérias e até tuberculose." Ainda que esteja apenas prostrado, sem qualquer doença transmissível, é um animal que está em sofrimento. "É importante e natural a preocupação com o bem-estar dos animais." Edneia esclarece que crianças, idosos e gestantes são mais suscetíveis a doenças transmissíveis. Por isso, o cuidado com elas é primordial.

O trabalho feito na aldeia não é isolado, exige ações contínuas e parcerias consistentes. O desafio durante a tarde de vacinas foi fazer com que os indígenas levassem os animais em sequência. Eles foram conduzidos em cordas, em substituição a coleiras.

"Na semana que vem planejamos trazer um médico comunitário para fazer a desverminação das pessoas", informa Edneia.

A agente de saúde da aldeia e vice-cacique Maria Sandra Soares levou seu cão para vacinar e ajudou a supervisionar a ação. Ela diz que os indígenas estão acostumados ter animais de estimação em casa e acredita ser válida a ideia de aplicar anticoncepcionais e vermífugos nos animais. "É bom repetir a ação. A aldeia gosta de cão. O pessoal traz para a adoção e a gente recebe."



Culturas afro e indígena são temas da Mostra Brasileira de Dança, nesta quinta (7)
SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO, 07.08.2014

"Terra" e "Elègun, um corpo em trânsito" são destaques da programação de hoje

Do JC Online

As essências étnicas e humanas da formação do povo brasileiro guiam as dramaturgias dos dois principais espetáculos encenados hoje na Mostra Brasileira de Dança. Terra, do Grupo Grial, explora o gene indígena presente na nossa história; enquanto Elègun, um corpo em trânsito envereda pelas consciência e espiritualidade advindas dos africanos.

Erguidos sobre o conceitos de corporeidade e performance, Elègun mergulha na metáfora da trajetória de um ser que se deixa afetar pelas ações do corpo como expressão de pensamento. A peça coreográfica, cujo título se refere à pessoa que incorpora orixás nos rituais de candomblé, é apresentada às 20h, no Teatro Marco Camarotti (Sesc Santo Amaro). A obra se desenvolve em sete cenas que dialogam com as questões filosóficas e antropológicas.

Última parte da trilogia Uma história, duas ou três, do Grial, Terra entrelaça a tradição popular com os passos eruditos da bailarina e coreógrafa Maria Paula Costa Rêgo, em um espetáculo que ratifica o quanto de índio no Brasil. O solo, apresentado às 20h30, no Teatro Luiz Mendonça, é também uma crítica, em dança contemporânea, ao genocídio sofrido por esse povo e ao preconceito e à exclusão que ainda recaem sobre eles.

A montagem foi vencedora do Prêmio da Academia Paulista de Críticos de Artes (APCA) no ano passado, na categoria Intérprete-Criador, e arrebatou cinco troféus do Prêmio Apacepe de Dança do Janeiro de Grandes Espetáculos. A trilha sonora de Terra é de Naná Vasconcelos; e a cenografia, de Dantas Suassuna.

Leia a matéria completa no Caderno C desta quinta-feira (7).



Dez anos de angustiante espera – e os Tupinambá reiniciaram as retomadas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.08.2014

A partir do dia 01 de agosto de 2014, o povo Tupinambá de Olivença voltou ao processo de retomadas de suas terras. Cansados de esperar que o Ministro da Justiça publique a Portaria Declaratória e dê continuidade ao processo de regularização do Território Tupinambá, que neste mês de agosto completa 10 anos.

Cimi Itabuna

Cerca de 400 índios Tupinambá de diversas comunidades, próximas a Olivença, começaram a voltar para as áreas que já haviam sido retomadas anteriormente. Na noite do dia 01 de agosto até o dia 05, cerca de cinco áreas foram retomadas. Algumas inclusive com decisão de suspensão de reintegração de posse emitidas pelo Supremo Tribunal Federal em fevereiro deste ano. Conforme nota abaixo:

“SL 758/BA:Ante o exposto, defiro, em parte, a medida requerida e determino a suspensão das reintegrações de posse deferidas nas ações 0001966-04.2012.4.01.3301, 0001906-94.2013.4.01.3301, 0002994-07.2012.4.01.3301,8, 0000653-18.2006.4.01.3301, 0001973-93.2012.4.01.3301 e 0002678-62.2010.4.01.3301 até o trânsito em julgado das decisões de mérito a serem proferidas naqueles processos”. (Decisão proferida pelo Ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, em 24 de Fevereiro de 2014).

Em documento divulgado pelas lideranças, as mesmas informam que além das áreas sobre as quais existe uma decisão do STF, relatada acima, outras também foram retomadas devido ao abandono e outras ainda devido às ameaças que os indígenas vinham sofrendo por parte dos jagunços contratadas pelos fazendeiros para “proteger” as fazendas.

Entendendo o caso:

O processo de identificação da TI Tupinambá de Olivença teve início em 2004, como resultado de intensa pressão por parte dos indígenas. Cinco anos depois, 2009, a Fundação Nacional do Índio aprovou o relatório circunstanciado, que delimitou a TI em cerca de 47 mil hectares, estendendo-se por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. No momento, aguarda-se a assinatura, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, da portaria declaratória da TI, para que o processo encaminhe-se para as etapas finais. Como se vê, a regularização da TI já dura dez anos, de modo que os prazos legais para a conclusão da demarcação, estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/96, vêm sendo sistematicamente violados. E assim os direitos dos povos indígenas e dos pequenos agricultores se tornam “moedas de troca”.

O Ministério Público Federal já se pronunciou por varias vezes sobre este grave conflito, causado pela morosidade do Governo Federal. Para o Procurador da República Ovídio Augusto
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

Amoedo Machado, "a conclusão do processo demarcatório é essencial para a pacificação da região, pois trará segurança jurídica para ambas as partes e eliminará o ambiente de incerteza sobre o real proprietário das terras em disputa". Por sua vez, o procurador da República Eduardo Villas-Bôas afirmou que "a demarcação definitiva trará benefícios tanto aos índios – pelo reconhecimento do seu território tradicional – como aos fazendeiros, que receberão a indenização prevista em lei".

Desabafo das lideranças.

As lideranças ainda informaram que existe uma proposta de audiência com o Ministério da Justiça até o final deste mês, solicitada pela assessoria do Ministério, mas até o momento esta não foi confirmada oficialmente.

"Não suportamos mais tantas enganações, já foram realizadas diversas reuniões, até mesmo com o próprio Ministro Eduardo Cardoso, e nada tem sido resolvido. Enquanto isto estamos sendo acusados de um monte de crimes, presos e até mesmo vendo nossos parentes serem assassinados; do começo do ano até agora já foram mais de 10 assassinatos e nenhuma providencia tem sido tomada, e mesmo com a presença do exército, força nacional, policia militar, os nosso inimigos nos caçam e nos perseguem como se fossemos bichos. Por tudo isto decidimos retomar aquilo que é nosso por direito, é melhor morrer lutando por nossa terra, do que morrer de fome e sem dignidade", desabafou uma liderança Tupinambá.

Passados 10 anos do início do processo de regularização, apesar de todo o quadro de violência estabelecido no sul da Bahia, que atinge indígenas e pequenos agricultores, o governo brasileiro se mostra insensível à situação. E agora que as disputas eleitorais já estão em curso às perspectivas são ainda piores.

Conselho Indigenista Missionário

Itabuna, 06 de agosto de 2014



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

Em protesto, índios se apropriam de ambulâncias em Marabá, no Pará

SÍTIO G1/PA, 07.08.2014

Etnias Suruí, Xicrin, Gavião e Guajajara denunciam problemas na saúde. Eles dizem que só devolverão veículos se forem atendidos pela Casai.

Índios das etnias Suruí, Xicrin, Gavião e Guajajara se apropriaram de quatro ambulâncias que fazem o atendimento das tribos em Marabá, no sudeste do Pará. Os índios liberaram os agentes e enfermeiros que estavam no interior dos veículos e tomaram posse das ambulâncias.

Os indígenas reclamam da falta de estrutura da saúde e de medicamentos nas aldeias. Segundo o cacique Elton, da tribo Xikrin, os índios afirmam que só irão liberar os veículos depois que as reivindicações forem atendidas pelo Distrito de Saúde Indígena.

O G1 entrou em contato com a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Marabá, que disse que não irá se pronunciar sobre o assunto.



Condenados injustamente como terroristas, mapuches exigem que Estado cumpra reparação

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.08.2014

Marcela Belchior – Adital

Membros do povo indígena mapuche, situado na região do centro-sul chileno, afetados pela aplicação discriminatória da Lei Antiterrorista no país e pela violação de seus direitos durante o processo judicial no Tribunal Internacional, solicitam que o Governo do Chile peça perdão publicamente às pessoas acusadas injustamente e às suas famílias. Eles destacam a falha no Estado e querem a garantia de que o Poder Público não continue criminalizando o protesto social das comunidades.

Ao todo, foram sete os indígenas condenados no ano de 2003: Segundo Aniceto Norín Catrimán, Pascual Huentequero Pichún Paillalao, Víctor Manuel Ancalaf LLaupe, Florencio Jaime Marileo Saravia, Juan Patricio Marileo Saravia, José Huenchunao Mariñán e Juan Ciriaco Millacheo Licán — além da ativista Patricia Troncoso Robles.

Os mapuches foram processados por fatos ocorridos nos anos de 2001 e 2002 nas regiões de Biobío e Araucanía, pelos crimes de: “ameaça de incêndio terrorista”, “incêndio terrorista” e “conduta terrorista”. As penas entre eles oscilaram entre cinco e 10 anos de prisão.

No último dia 28 de julho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ordenou ao Estado do Chile a deixar sem efeito as condenações por terrorismo contra os sete indígenas e a ativista. A CIDH condenou o governo por violar o princípio de legalidade e o direito à presunção de inocência, o princípio de igualdade e não discriminação e o direito à igual proteção da lei das vítimas.

Agora, o governo da presidente Michelle Bachelet tem um ano para cumprir tudo o que foi disposto pelo Tribunal, incluindo a revogação das condenações, reparação econômica às vítimas (que consistem em 50 mil dólares a cada um por danos materiais e imateriais e cerca de 100 mil dólares por custos e gastos do processo) e apoio psicológico às famílias envolvidas no caso. A sentença é obrigatória para o Estado e inapelável.

Além disso, o Estado chileno deve suprimir antecedentes judiciais, administrativos, penais ou policiais, que existam contra as oito vítimas do caso, assim como anular sua inscrição em qualquer tipo de registro nacional ou internacional que os vincule a atos de caráter terrorista.

Dentre os condenados estão Juan Pichum e Pascual Pichum, que foram sentenciados a cumprirem pena de cinco anos e um dia de prisão, em regime fechado, por suposto crime de ameaça de incêndio terrorista. O primeiro deles morreu no ano passado dentro da prisão, sem chegar a conhecer a resolução que reconhece sua inocência, apontando a sentença anterior como violadora de seus direitos e injusta.

CONT.



“Estamos num momento histórico para nossa comunidade e o povo mapuche. Agora, o Estado foi condenado e meu pai esperou toda a sua vida por explicações para esse fato. Ele foi o primeiro a ser condenado por incêndio – a uma propriedade de Agustín Figueroa – baseado nessa questionada Lei e nunca soube porque foi aplicada”, relata Juan. Segundo ele, Pascual Pichum sempre pediu explicações ao Estado sobre a acusação contra ele, sem nenhum retorno.

“Hoje, a Corte Interamericana deu a razão e aos advogados que se deram o trabalho de defendê-lo. É por isso uma alegria encontrada, pois queríamos que nosso pai estivesse aqui”, lamentou Juan, visivelmente abalado, durante entrevista coletiva, no último dia 31 de julho, no escritório do Observatório Cidadão, na cidade de Temuco (Província de Cautín).

Histórico dos conflitos

O conflito social dos mapuches com o Estado do Chile se desenrola nos últimos 15 anos, sendo as principais questões: o direito a terras, a construção de estradas no território mapuche, a instalação de projetos de infraestrutura energética na região e embates com empresas florestais. Esses temas já levaram membros da comunidade indígena a sofrerem torturas e maus-tratos por parte das forças policiais, chegando a serem presos pelo Estado e a fazerem greves de fome prolongadas em protesto.



Conferência Nacional de Política Indigenista é discutida na CNPI

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.08.2014

Funai – A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) realizou, entre os dias 28 de julho e 1º de agosto, sua 24ª Reunião Ordinária, no Centro de Formação de Política Indigenista da Fundação Nacional do Índio, em Sobradinho – DF. Na pauta, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, convocada no final do mês de julho pela presidenta Dilma Rousseff. A Conferência tem entre seus objetivos avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro, reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no país e propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.

As discussões realizadas durante a reunião da CNPI reafirmaram que a Conferência deve ser realizada na perspectiva de afirmação da pluralidade e da sociodiversidade brasileira.

Nesta edição, representantes das unidades regionais da Funai participaram, excepcionalmente, para dialogar com a bancada indígena e indigenista da Comissão sobre a organização e realização da 1ª Conferência. Na ocasião, foi feito um resgate histórico dos direitos dos povos indígenas no país, culminando nos desafios da política indigenista na atualidade.

Para a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, a Conferência “será um momento de reflexão e construção participativa, que buscará reafirmar o paradigma da Constituição Federal, fazer um balanço das conquistas alcançadas, e pensar em estratégias para se avançar na política indigenista do país, de modo a efetivar os direitos dos povos indígenas”. Segundo a presidenta, um dos objetivos específicos da Conferência é a articulação dos diversos setores do Estado na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. “A 1ª Conferência será o momento de propor diretrizes de uma política nacional indigenista que articule ações e políticas setoriais indigenistas entre si e com os entes federativos, além de conscientizar os órgãos públicos e a sociedade civil sobre os direitos dos povos indígenas. É também uma oportunidade para formular propostas voltadas ao enfrentamento das situações de violência e criminalização dos indígenas que lutam por seus direitos”, afirmou Maria Augusta.

Na reunião também foi informado aos membros sobre o Edital Fundo Clima. O objetivo do edital, o qual está em fase de conclusão, é contribuir na implementação do Projeto de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas por meio da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas localizadas nos biomas caatinga e cerrado, os quais deverão atender princípios e diretrizes da PNGATI e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009).

Ainda neste mês de agosto será realizada a primeira reunião da Comissão Organizadora da Conferência Nacional, que irá definir o regimento interno, a pauta, o calendário de atividades e a Comissão Executiva. A 25ª reunião ordinária da CNPI será realizada em outubro.

CONT.



1ª Conferência Nacional de Política Indigenista

A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista será realizada em Brasília – DF em novembro de 2015, com o tema “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988”.

A realização da Conferência será coordenada pelo Ministério da Justiça e Funai, e organizada em conjunto com os representantes dos povos indígenas e com os demais órgãos e entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão Nacional de Política Indigenista. A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista será antecedida pelo Seminário de Formação e por etapas locais e regionais. O regimento interno será elaborado pela comissão organizadora e aprovado pelo Ministro da Justiça.

RJ – Exposição Ashaninka marca celebração do Dia Internacional dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.08.2014



Funai

O Museu do Índio, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, realiza, a partir do dia 9 de agosto, no Espaço Museu das Aldeias/Museu do Índio, em Botafogo, a exposição 'Ashaninka – O Poder da Beleza'. A quarta edição do Programa Índio no Museu é dedicada aos Ashaninka, povo que habita a região de fronteira entre o Brasil e o Peru no estado do Acre.

A mostra 'Ashaninka, O Poder da Beleza' revela, a partir de mitos, fotos e objetos de uso ritual e cotidiano, os dois grandes eixos a partir dos quais gira a cosmovisão do povo Ashaninka: a procura pela imortalidade e a fragilidade do amor.

Além da exposição, nos dias 9 e 10 de agosto, sábado e domingo, sempre às 16 horas, o público terá a oportunidade de conversar com os próprios Ashaninka, que estarão no Museu do Índio para falar sobre suas tradições e seu modo de vida nas aldeias.

A exposição

Tomar banho e fazer uma pintura facial ao acordar são rituais obrigatórios para um Ashaninka. Toda essa preocupação com a estética, fortemente presente na vida cotidiana das aldeias, está representada em fotos. As imagens mostram a potencialidade da arte corporal Ashaninka e a preparação de seus corpos para guerrear e seduzir.

Chapéus, carimbos e desenhos também estão na mostra, além de adornos corporais e roupas, como o Kitarentse – túnica longa que comunica corpo e cosmos – e os Txoxiki – grandes colares feitos com sementes. Cada linha desenhada, tatuada ou tecida é conectada aos mitos e à vida social Ashaninka.

CONT.



Nos espaços expositivos do Museu do Índio, em Botafogo, o visitante encontra, em mostras etnográfica e fotográfica, toda a riqueza da arte corporal e do poder da beleza que se manifesta no universo da etnia. Ao percorrer as exposições, o público compreende o significado da arte no modo de vida desse povo. A parceria direta com os índios é uma das prioridades dessa iniciativa, que tem como objetivo a documentação e a divulgação da cultura material indígena. A curadoria é assinada pelos pesquisadores Peter Beysen e Sonja Ferson.

Os Ashaninka

Os Ashaninka ocupam, hoje, uma região de fronteira entre o Brasil e o Peru. Somam aproximadamente 70 mil pessoas, sendo a maioria habitante de aldeias em território peruano. No Brasil, as aldeias se localizam nas proximidades dos Rios Envira, Amônia e Riozinho, no Acre. Pertencem à família linguística Aruak (ou Arawak) e são o principal componente do conjunto dos Aruak sub-andinos, junto com os Matsiguenga, Nomatsiguenga e Yanesha (ou Amuesha). Apesar de existirem diferenças dialetais, os Ashaninka apresentam uma grande homogeneidade cultural e linguística.

A parceria FUNAI/Museu do Índio e UNESCO

A preocupação com a ameaça à extraordinária diversidade linguística e cultural existente no Brasil, especialmente na Amazônia? o que exigia um esforço imediato e coletivo para sua preservação? levou a UNESCO e a FUNAI/Museu do Índio, em 2008, a estabelecerem uma parceria para o desenvolvimento do Projeto de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras.

O projeto de cooperação técnica internacional entre a UNESCO e a FUNAI/ Museu do Índio, com encerramento previsto para junho de 2015, vem promovendo a documentação de línguas e culturas ameaçadas de 20 povos indígenas, bem como a preservação de acervos individuais existentes, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda e consolidando esta nova área de conhecimento no Brasil. Também vem formando novas gerações de pesquisadores especialistas em documentação – condições essenciais para a preservação da diversidade.

Entre os resultados alcançados pelo projeto destaca-se que, de dezembro de 2008 a junho de 2014, foram realizadas mais de 300 oficinas e atividades de documentação ? sendo 212 desenvolvidas nas aldeias e 96 nas instalações do Museu do Índio ?, com familiarização, treinamento e capacitação em métodos e técnicas de documentação de 40 pesquisadores não indígenas e 200 pesquisadores indígenas. Os trabalhos também tiveram a participação de outros 180 colaboradores das comunidades.

O Dia Internacional dos Povos Indígenas

A UNESCO celebra mundialmente, em 9 de agosto, o Dia Internacional dos Povos Indígenas, como forma de promover os direitos das populações indígenas, bem como promover o reconhecimento da sua contribuição à cultura e ao desenvolvimento sustentável. Em mensagem por ocasião do Dia em 2014, a Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova lembra que a data é uma oportunidade para que todos se mobilizem para acabar com as desigualdades

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

que ainda existem na realização efetiva dos direitos dos povos indígenas. “Esta questão é fundamental hoje e no futuro, com vistas à configuração da agenda para o desenvolvimento pós-2015”, afirma Bokova.

Programação:

Exposição Ashaninka – O Poder da Beleza

Abertura: 9 de agosto, sábado, às 13h.

Visitação: de terça a sexta-feira, das 9h às 17h30min;

Sábado, domingo e feriado, das 13h às 17h.

Entrada gratuita.

Apresentação Cultural Ashaninka

Dias 9 e 10 de agosto, às 16 h.

Grupo de 13 representantes Ashaninka vai recepcionar o público visitante e falar sobre suas tradições e modo de vida.

Entrada gratuita.



Carta Pública dos Povos Indígenas do Rio Negro sobre a Saúde Indígena no Brasil
SÍTIO FOIRN, 07.08.2014

Faz 15 anos da criação do subsistema de saúde indígena no SUS pela Lei nº 9.836, de 23 de Setembro de 1999, e implantado pelo modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no ano de 2000. Foi de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, autarquia federal, como departamento até o ano de 2010, e, em 19 de Outubro de 2010, a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) assumiu a gestão diretamente dentro Ministério da Saúde, pelo Decreto nº 7.336. Mas a Sesai já completa cinco anos em 2014, mas não está nada bem à saúde indígena no país. Embora os recursos para saúde indígena continuassem aumentando, mas não percebemos melhoria no cuidado à saúde que é ofertado nas comunidades.

Por isso resolvemos analisar, discutir e avaliar a situação da saúde indígena como legítimos usuários e de direito. Ninguém nos mandou fazer esta carta. Mas fica como sinal de que a saúde indígena não está nada bem, ela está doente, morrendo como serviço público e o nosso direito de acesso a este serviço está comprometida, por isso buscamos exercer o nosso direito, que segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988), em seu art. 232, garante que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

O subsistema de saúde indígena foi uma vitória que se comemorava junto aos aliados após constituição de 1988 quando o Estado Nacional Brasileiro reconheceu seu caráter pluriétnico e garantiu aos povos indígenas o direito de saúde. A implementação desse subsistema se tornou uma importante bandeira de luta do movimento indígena, liderado pelas associações indígenas, com apoio de profissionais de saúde; tal iniciativa representava também uma resposta do poder público frente à iniquidade das relações interétnicas, decorrente da violência do processo colonizador. A história dos povos indígenas é marcada pelos massacres, mortes por doenças epidêmicas, expropriação de territórios e pelo não reconhecimento dos direitos nativos a autogestão política e cultural que redundaram em grande redução demográfica, elevados níveis de pobreza e situação sanitária precária, com índices de morbi-mortalidade muito acima das médias brasileiras. Foi neste contexto histórico adverso que o modelo de atenção à saúde, específico e diferenciado foi criado para prestar serviços às populações indígenas.

Na implantação do DSEI no Rio Negro, essa iniciativa empolgava os povos indígenas, mas essa alegria durou muito pouco, pois logo após a celebração dos convênios com as entidades indígenas os novos gestores da saúde indígena passaram a dizer que a terceirização não era forma correta de prestar serviços de saúde às comunidades indígenas e que o Estado Brasileiro devia assumir sua responsabilidade. Este argumento foi o utilizado para tirar as primeiras conveniadas no Rio Negro. Este foi o discurso desde a implantação dos DSEI até ao dia de hoje, mas a terceirização continua, só retiraram as entidades indígenas dos convênios, mas os

CONT.



serviços estão cada vez pior e não vemos o Estado Brasileiro assumir sua responsabilidade com as comunidades. Porque será? O que faz a saúde indígena ser tão difícil de ser operacionalizada, gerenciada e gerida?

Nas duras lutas que se seguiram após a implantação, os povos indígenas passaram reivindicar a saída de saúde indígena da FUNASA para Ministério da Saúde. Com expectativa de grande melhoria a Secretaria Especial da Saúde Indígena foi implantada; dela se disse que seria mais desburocratizada e que teria também ações de saneamento básico e ambiental das áreas indígenas, como preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância nas comunidades sem água potável, construção de sistema de saneamento, destinação final ao lixo e controle de poluição de nascentes. Também foi dito que os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) passariam a ser autônomos, funcionando como unidades gestoras descentralizadas, responsáveis pelo atendimento de saúde e pelo saneamento básico em cada território indígena.

No ano de 2010, o Sr. Antônio Alves, após concluir as atividades do Grupo de Trabalho formado para criar a Sesai e encaminhá-los ao ministro da Saúde, na época o Sr. José Gomes Temporão, disse: "Muitos pólos-base de saúde estão com más condições de uso. É uma situação que precisa ser mudada". Pois é! Passados cinco anos após a criação de SESAI – a situação não mudou, ou melhor, piorou em comparação ao que existia anteriormente.

Qual é o problema agora? São os mesmos? Porque não foram resolvidos? O que está faltando para resolver os problemas que atrapalham e asfixiam os serviços de saúde indígena e matam os povos indígenas apesar deste direito específico à saúde? Aqui no Rio Negro não se resolveu a forma de contratação de pessoal que continua sendo feita através de convênio, prejudicando o trabalho em saúde nas comunidades.

Cadê a responsabilidade assumida pelo Estado Brasileiro na saúde indígena? Nos serviços de terceirizados só se ouve reclamação. Tem reclamação dos profissionais por falta de cumprimento dos direitos trabalhistas, há atraso de pagamento dos profissionais, a infraestrutura em péssimas condições, com pólos base e postos de saúde caídos e estragados, faltam meios de transporte para deslocar as equipes e os pacientes; falta combustível e materiais para o atendimento e, conseqüentemente, os serviços de saúde indígena nas comunidades praticamente não existem, porque mesmo quando as equipes se deslocam para as comunidades. Há anos os equipamentos estão sucateados, precisando de reposições e não vemos nenhuma fiscalização do governo para acompanhar e resolver esses problemas

Para nós indígenas a sensação é que piorou de vez. Não parece que é Estado Nacional Brasileiro que está ali presente para prestação de serviço que, para nós, é o mais importante da humanidade.

Todos os problemas citados são originados nos serviços? São causados pelos profissionais de saúde? Ou será um problema de gestão e de administração na SESAI e nos DSEI? Até hoje sempre se culpou o serviço que é prestado nas comunidades indígenas, mas observamos que o principal problema que prejudica as comunidades é a questão administrativa, nunca resolvida, continua se repetindo ano a ano. Para nós a origem do problema é a própria administração

CONT.



pública. Entra ano e sai ano e não vemos o gestor da saúde indígena resolver os problemas de compras públicas para o trabalho em saúde, acarretando problemas de gestão do subsistema de saúde indígena como todo.

É certo que o modo como se fazem as formas de compras públicas nos órgãos de governo nunca foram adequadas para Amazônia; isso piora ainda mais para a realidade e especificidade indígena como todo, seja na saúde indígena, na educação escolar indígena e em outras áreas mais importantes que afetam a prestação de serviços públicos para os índios. Isso todos sabem, mas então porque não se faz a adequação necessária?

É certo que nunca fomos considerados brasileiros, apesar de toda participação dos índios para estruturação do estado nacional brasileiro. Mas em recente constituição deste país passamos de sem direitos para detentores do direito originário. Isso é uma conquista que deveria obrigar o Estado "fazer respeitar os direitos que os índios têm", mas o que vemos é que o governo está sendo omissos e negligente com os direitos dos povos indígenas.

Nos últimos anos o comando do gestor do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro foi trocado por diversas vezes. O que observamos é que esses gestores, embora desempenhassem seu papel, não conseguiram organizar devidamente os serviços administrativos e garantir o funcionamento do DSEI, tanto na sede quanto nas aldeias. Como consequência dessa conjuntura vemos o grande crescimento dos problemas de saúde, que se reflete principalmente naqueles que vivem nas comunidades. Durante todos esses anos, falta de planejamento logístico e estratégico das atividades do DSEI contribuíram para asfixia do funcionamento da Instituição. Sempre se diz que é porque o Alto Rio Negro é um lugar distante, com muitas cachoeiras e com dificuldade de acesso. Só que Instituições Federais sediadas no mesmo município, como o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Exército Brasileiro, Hospital de Guaranição de São Gabriel da Cachoeira (HgU/SGC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outros órgãos estaduais, federais e municipais conseguem desempenhar seu papel, fazer licitações e efetivar no compras públicas. Então perguntamos porque isso não funciona no DSEI? Para nós parece que a raiz do problema ESTA na SESAI e gera consequências no DSEI. Há mais ou menos 1 ano e meio o governo central da SESAI fez uma intervenção no DSEI Rio Negro, prometendo resolver os problemas do DSEI. Todo esse tempo se passou e vemos que a intervenção não elucidou a problemática do DSEI e nem resolveu os problemas administrativos que ocorrem no DSEI e que se perpetuam até hoje, sem perspectiva de mudança. Então perguntamos: Para que serviu a intervenção? Para que sair trocando gerentes do DSEI se a mudança não serviu para mudar nada?

Desse modo, o que temos é só um discurso enfadonho dos gestores da esfera federal e as muitas promessas vazias de resolução dos problemas de saúde indígena, tanto no DSEI Rio Negro quanto no subsistema de saúde indígena como um todo. Mas fica evidente o descompromisso do Estado brasileiro, representado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), com a saúde das populações indígenas do Alto Rio Negro. Em todo o território nacional o problema permanece sistêmico e crônico sendo muito fácil de comprovar esta situação com um mínimo de averiguação. Nós lideranças, num recente levantamento participativo dos problemas do subsistema de saúde indígena e de propostas de soluções, fizemos um conjunto de sugestões que colocamos abaixo:

CONT.



Curto Prazo (30 a 90 dias) – Solicitar nomeação do chefe do SEOFI do DSEI Rio Negro. Devido exoneração do responsável anterior o DSEI não consegue mandar fazer pagamentos, já que nenhum outro servidor foi empossado, o que está impedindo a aquisição de materiais para o DSEI.

Curto Prazo (30 a 90 dias): Tomar outras medidas administrativas para melhorar o processo de gestão do DSEI Rio Negro, tais como: realização de auditorias independentes, para identificar problemas e propor um modelo de gestão apropriado para o DSEI Rio Negro; colocar, de modo permanente, em São Gabriel da Cachoeira por empresas de serviços terceirizados um “preposto” no DSEI-ARN para resolver os problemas funcionais dos contratados, pois a vinda periódica de representantes da empresa terceirizada não é suficiente para dar agilidade à resolução de problemas; contratação de recursos humanos via Contrato temporário da União (CTU), para reestruturar a Comissão permanente de Licitação, SELOG, SEOFI como meio – ainda que temporário – para viabilizar os processos de compras licitações e contratos pelo DSEI; reestruturar o serviço de comunicação do DSEI-ARN, dotando o distrito de serviço de internet banda larga e telefonia, adequado as demandas dos setores com suficiente capacidade, pois a ausência deles gera grave comprometimento para a gestão pública, inclusive para a gestão de compras; manutenção periódica dos serviços de comunicação, para evitar transtornos e prejuízos aos serviços, principalmente nos serviços prestados ao usuário indígena que vive nas aldeias, os quais precisam de comunicação, via radiofonia e outros, para melhor apoiar o cuidado prestado à saúde; ampliação de rede telefônica na sede do DSEI, com instalação de centrais telefônicas e ramais, pois hoje este tipo de serviço não existe, pois os telefones estão cortados; designação de fiscais dos contratos pelo Chefe Distrital nos serviços terceirizados, pois atualmente o DSEI não dispõe de fiscal de contrato.

Médio Prazo (6 meses a 12 meses) – Criar comissão Nacional paritária entre usuários, profissionais de saúde e gestores para discutir melhor forma de contratação de recursos humanos – Concurso Público – os recursos humanos efetivos hoje são insuficientes às demandas do DSEI-ARN, requerendo assim a grande necessidade da ampliação do quadro administrativo deste; contratação de pessoal via CTU(Contrato Temporário da União), e manutenção dos profissionais no Alto Rio Negro por pelo menos 5 anos, enquanto se define uma nova forma de vínculo empregatício. O concurso deverá abranger não apenas profissionais voltados para o atendimento, mas também aqueles voltados para a administração financeira, de compras, pessoal e logística, visando corrigir os problemas citados no item anterior.

Urgente, Urgentíssimo – (1) levantamento de materiais e insumos necessários para os programas de saúde, no prazo de 15 dias, considerando o perfil epidemiológico do DSEI; (2) levantamento de insumos e materiais demandados por setores, de acordo com as necessidades; (3) tirar dos profissionais de enfermagem a responsabilidade da compra e o controle de combustível, usados na execução das ações de saúde em campo, pois eles devem se preocupar somente com ações de saúde, devendo ser alocada esta tarefa para o setor de logística; (4) garantir transporte de cargas e insumos realizados por uma embarcação para cada calha de rio; (5) aquisição de equipamentos de segurança adequados para o deslocamento de EMSI e marinheiro auxiliar de convés, pois hoje todos arriscam suas vidas nas atividades rotineiras de atendimento; (6) aquisição de meios de transporte suficientes para atender demanda de atendimento, remoção de pacientes e supervisão; (7) aquisição de insumo médicos de enfermagem suficiente; (8) aquisição de equipamentos mínimos de suporte a vida, pois atualmente as equipes viajam sem esses meios; (9) garantir estrutura física nas

CONT.



aldeias para comportar a EMSI; (10) construção e manutenção das unidades de saúde indígena nos pólos-base (modelo tipo 1 e tipo 3); (11) manutenção técnica de equipamentos e estrutura física; (12) contratação de uma empresa ou mão de obra – eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico, carpinteiro, pedreiro para prestação destes serviços na saúde indígena, pois atualmente não há oferta desse tipo de serviço e são os profissionais de saúde que têm que cuidar disso; (13) inclusão de novas categorias de profissionais para contratação, para apoio técnico nos pólos base, tais como auxiliar administrativo; (14) garantir melhoria no meio de transporte com coberturas que não comprometa a saúde dos pacientes nos resgates; (15) garantir que o profissional médico seja membro integrante da EMSI, realizando visita às comunidades pois isso não ocorre atualmente; (16) garantir o serviço de atendimento externo da CASAI; (17) garantir aquisição de veículos para suporte da EMSI, nos Pólos Base de Iauarê, Pará-cachoeira, Cucuí e Taracá; (18) garantir aquisição de veículo com reboque para transporte de botes de alumínio na passagem de Ipanoré-Urubuquara; (19) garantir que as viagens de remoções de urgência de pacientes sejam realizadas apenas para esses fins não para transporte de carga também como acontece até hoje; (20) garantir a aquisição de ambulâncias fluviais por calha de rio; (21) garantir fornecimento de fardamento e cartão de identificação para todos os profissionais do DSEI; (22) garantir a aquisição de veículo ambulância para a CASAI/SGC, para transporte de pacientes; (23) implantação de sistema de abastecimento de água potável em todas as comunidades indígenas;

Barqueiros – (1) melhoria no transporte fluvial; (2) voadeiras específicas para cada ação (entrada de equipes, transporte de combustível, retorno paciente (acompanhamento técnico), resgate (dois práticos), com sinalização e identificação; (3) aquisição de EPI (Equipamento de proteção individual); Equipamento de sobreposição em área; (4) transposição de combustível em TUNUI/ARACU-CACHOEIRA, com a construção de um ponto de suporte de cargas e para bombear combustível nos pontos estratégico; (5) colocar um bote e um motor na comunidade de ARACAPÁ/WAUPÉS; (6) colocar um bote e um motor ARACU/JURUPARI no IÇANA para facilitar o transbordo das equipes e carga, sem ter que ultrapassar a cachoeira a cada viagem; (7) construção de estrutura flutuante para servir como depósito no Pólo São José II;

Considerando a má gestão e baixa qualidade na prestação de serviços às comunidades pelo subsistema de saúde indígena, e a situação lamentável dos tempos atuais, concluímos o seguinte:

O Controle Social que deveria ser garantia de gestão participativa na gestão Pública, institucionalizado pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena, pelos Conselhos Distritais da Saúde Indígenas, e pelas Conferências Nacionais de Saúde Indígena, é uma farsa do Estado Brasileiro para com os povos indígenas no Brasil, pois as inúmeras ou as centenas de reivindicações e de propostas aprovadas e encaminhadas aos gestores (Ministros e Secretário do SESAI) do Subsistema do SUS jamais foram consideradas, e hoje nós nos encontramos nesta situação lamentável.

Não adianta ficar discutindo somente a melhoria de serviços, modelo de organização de serviço e gestão genérica; não se deve esquecer de discutir o melhor modelo de gestão administrativa, de pactuação financeiro, de adequação específica e diferenciada de compras públicas que possibilite o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde Indígena.

A SESAI – Secretaria Especial da saúde Indígena/Ministério da Saúde não cumpriu a sua

CONT.



missão institucional de implementar um novo modelo de gestão e de atenção no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena articulado com o SUS (SasiSUS), descentralizado, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, pois não tem nada de diferença em relação ao anterior quando estava na responsabilidade da FUNASA;

O Departamento de Gestão da Saúde Indígena não cumpriu responsabilidade de garantir as condições necessárias à gestão do subsistema; não promoveu o fortalecimento da gestão dos DSEIs; não propôs claramente e profissionalmente o mecanismo de organização gerencial e operacional; não coordenou compras públicas nos distritos sanitários; além disso, o site institucional é precário e o sistema de informações em saúde não funciona, faltando transparência na gestão. Essa situação demonstra a falta de profissionalismo e de compromisso da gestão.

O descompromisso é uma prática de negligência e de omissão, consequentemente ocorre a má gestão do subsistema pelo gestor principal que colabora e reforça o anti-indigenismo e o preconceito racial no país, que ameaça os povos indígenas e o seus direitos.

Onde vai parar dinheiro da Saúde Indígena todos os anos? Por quê os órgãos controladores não fazem nada? As ações até hoje para melhorar a saúde indígena não tiveram efeitos, se teve, teve efeito contrário ao esperado;

Há violação dos direitos indígenas, legítimos e garantidos constitucionalmente, na área de saúde. Por isso devem ser investigadas todas as práticas de gestão administrativa no Subsistema e que apontam mudanças. Os povos indígenas do Rio Negro, que representam 10% do Brasil, querem saber para onde foi parar o dinheiro da saúde indígena.

Por causa disso, os representantes indígenas, lideranças do movimento indígena do Rio Negro, usuários, profissionais e outros, vêm publicamente manifestar a indignação quanto à situação que se encontra a saúde indígena e ao mesmo tempo requerer dos órgãos a seguir mencionados, seguintes providências:

Ministério Público Federal – Que investigue não somente a questão política, empenhos e notas fiscais (gestão administrativa), mas principalmente a realidade e os resultados na execução das ações de saúde nas comunidades indígenas e nos pólos-base;

Comissão Nacional de Política Indigenista – Inclua na sua pauta de discussão o estudo do melhor modelo de gestão administrativa para saúde indígena, que possibilite melhoria e não prejudique os serviços de saúde nas comunidades indígenas; que este assunto seja pauta da Conferência Nacional de Política Indigenista do ano de 2015;

Presidente da Fundação Nacional do Índio – A FUNAI como promotora e protetora dos direitos dos povos indígenas dê prioridade à saúde indígena garantindo recurso financeiro para articulação e promoção de discussão sobre melhor modelo administrativo para Saúde Indígena, incluir na pauta este assunto na Conferência Nacional de Política Indigenista.

Ministro da Justiça – Que determine investigação polícia sobre gestão financeira e administrativa do Subsistema da Saúde Indígena.

Ministro da Saúde/Secretário Especial da Saúde Indígena – Que prove o contrário que estamos dizendo nesta carta, não através de números, mas de resultados nas comunidades. Organizando diretrizes claras para os trabalhos das equipes; regulamentando as atribuições de cada profissional da EMSI e consolidando a categoria dos Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento com a elevação da escolaridade e profissionalização dos mesmos; garantindo os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2014

Brasília, 07 de agosto de 2014.

insumos e recursos necessários; implementando efetivamente o sistema de informação e garantindo a transparência dos dados sobre a situação de saúde das populações indígenas; respeitando as diretrizes definidas pelas instâncias de controle social; entre outras ações necessárias para o pleno e adequado funcionamento dos DSEIs.

Chefe Distrital da Saúde Indígena do Rio Negro – que contrate auditoria independente para indicar melhor forma de reorganização logística que é planejamento e a gestão de fluxos, ou seja, prever, obter e prover executando planejamento, licitação e contrato; e que faça cumprir objetivos do DSEI como gestora de unidade sanitária;

CGU e TCU – Que fiscalize permanentemente as ações de procedimentos de empenhos, Notas fiscais formas de compras públicas e que ajude buscar soluções burocráticas mais leves e adequadas para especificidade da região e dos povos indígenas na Amazônia Brasileira.

Ministério Público do Trabalho – que investigue as condições de trabalho nos Distritos Sanitários e a situação de precarização de vínculo dos trabalhadores da EMSI;

A nossa intenção, interesse e objetivo são de ver o nosso direito funcionando na prática, nas comunidades indígenas, com menos pessoas morrendo, com menos doenças curáveis e preveníveis e que o Estado Nacional Brasileiro e o Governo cumpram com objetivo de zelar pelo bem viver do povo Brasileiro e faça respeitar os direitos dos Povos Indígenas garantindo pleno funcionamento da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde dos Povos Indígenas.

Almerinda Ramos de Lima- Presidente da FOIRN

Marivelton Rodrigues Barroso – Diretor da FOIRN

Renato da Silva Matos – Diretor da FOIRN

Câmara Municipal – São Gabriel da Cachoeira, 6 de agosto de 2014



Candidatos à presidência falam sobre a Questão Indígena na CNA

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 07.08.2014

Dilma diz que mandou Cardozo mudar o processo de demarcação de Terras Indígenas



A Presidente e candidata à reeleição, Dilma Rousseff, disse hoje aos setor produtivo rural na CNA que determinou ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que faça uma revisão nos processos administrativos que envolvem a demarcação de terras indígenas. De acordo com a presidente, a medida tem o objetivo de garantir um ambiente de segurança jurídica no campo.

"A questão da demarcação de terras indígenas é um dos nossos desafios. A situação de conflito surgiu na medida em que ela chegou a áreas produtivas, contrapondo-se a laudos emitidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio)", disse a presidente aos representantes do agronegócio.

A presidente pode até ter mandado no Ministro Cardozo revisar as normas que definem o processo de demarcação de Terra Indígenas, mas se mandou ele não obedeceu. Não houve qualquer alteração nessa matéria nos últimos anos.

Cardozo apresentou uma minuta de uma Instrução Normativa regulamentava alguns dispositivos do Decreto 1.775 no sentido de incluir a participação de outros órgãos do governo no processo de demarcação, mas a proposta não saiu do mundo das minutas. O texto chegou a ser analisada por nossa equipe de colaboradores. Relembre: Análise da minuta de Portaria do Ministro da Justiça.

Aécio pretende envolver outros órgãos nos processos de demarcação

CONT.



Na sabatina da CNA, o candidato pelo PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, disse que envolverá outros órgãos nos processos de demarcação de Terra Indígenas, hoje feitos na caixa preta da Funai. Aécio disse também que as demarcações devem obedecer as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Raposa Serra do Sol. O candidato disse à jornalistas que é contrário à PEC 215. "Essa PEC só avançou por causa da inércia do governo em dirimir os conflitos", disse Aécio.

Uma das dezenove condicionantes do STF a que Aécio se refere veda a ampliação de áreas indígenas já demarcadas e outra obriga o envolvimento de outros órgãos nos processos administrativos de demarcação.

Há uma incompreensão geral dos candidato em relação às formas possível de se dirimir os conflitos no campo relacionados às demarcações. Sozinhas, as condicionantes não solucionarão os conflitos existentes hoje no campo. O cumprimento da legislação atual leva ao conflito uma vez que a demarcação expropria terras. Só se resolve isso mudando a lei.

Eduardo Campos afirma na CNA que demarcará todas as Terras Indígenas que ainda faltam



CONT.



Acompanhado de sua vice, a ambientalista Marina Silva, o presidenciável do PSB, Eduardo Campos, prometeu hoje avançar na demarcação de terras indígenas. No auditório da CNA e diante de uma plateia lotada de representantes de produtores rurais ameaçados pela Funai, Campos disse que o país precisa concluir a demarcação das terras indígenas. "Essa não é uma pauta infinita, ela é finita. A própria Constituição Federal de 1988 imaginou que seria possível fazer dentro de 5 anos toda a demarcação de terras indígenas. Não foi possível, mas também não é preciso levar 50 anos", disse o socialista.

Campos disse ter sido um erro a atitude do atual governo de suspender os processos de demarcação. "Quando um governo que pára o ritmo que vinha de outros, é obvio que isso desemboca no ambiente de tensão e no clima político que estamos vivendo hoje no campo", disse Eduardo, criticando o baixo ritmo de demarcação de terras indígenas no governo Dilma.

Não é a primeira vez que Eduardo Campos faz afirmação no sentido da continuidade das demarcações conforme a legislação atual. O ainda fez questão de destacar a presença no evento da CNA de Marina Silva, conhecida no Congresso por seu posicionamento ambientalista radical e de enfrentamento à bancada ruralista.

Fonte: Blog Questão Indígena



Organização criminosa atuava para impedir que etnia Xavante usufrísse Terra Indígena Marãiwatsédé

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 07.08.2014

MPF e PF deflagram operação contra invasores de terras indígenas

Segundo investigação, organização criminosa atuava para impedir que etnia Xavante usufrísse Terra Indígena Marãiwatsédé, definitivamente delimitada, demarcada e homologada desde 1998

Na manhã desta quinta-feira (07/08), a Polícia Federal dá cumprimento a cinco mandados de prisão, oito mandados de condução coercitiva e 17 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal, contra a organização criminosa envolvida com a invasão da Terra Indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso.

As medidas estão sendo cumpridas em nove municípios, nos estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, nas cidades de Alto Boa Vista (MT), São Felix do Araguaia (MT), Confresa (MT), Querência (MT), Cana Brava do Norte (MT), Água Boa (MT), Rondonópolis (MT), Goiânia (GO) e Cedral (SP).

Segundo investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal, a organização criminosa atuava de modo a impedir que a etnia Xavante usufrísse da Terra Indígena Marãiwatsédé, definitivamente delimitada, demarcada e homologada desde 1998.

Mesmo com confirmação, pelo Supremo Tribunal Federal, da ordem judicial para retirada dos não índios do interior da terra indígena Xavante, a quadrilha aliciava pessoas para invadirem novamente a área, dificultando o trabalho da FUNAI, Polícia Federal e Força Nacional.

A retirada de todos os não índios de Marãiwatsédé iniciou-se em dezembro de 2012, prolongando-se até o março de 2014. Centenas de policiais e servidores da Funai de todo o Brasil estavam mobilizados para fazer frente às constantes reinvasões da terra indígena.

Investigação - Durante as tentativas de reocupação, a intenção dos líderes do grupo responsável pelas sucessivas invasões era convencer a opinião pública de que o retorno do povo Xavante ao seu território tradicional prejudicava supostos direitos de pequenos produtores rurais e famílias humildes. As investigações em curso, contudo, demonstram que se tratava, na verdade, da manipulação dessas pessoas para defender os interesses de grandes produtores rurais e políticos da região, que tinham fazendas dentro dos limites de Marãiwatsédé.

As investigações já realizadas evidenciaram que os populares que participaram de diversos atos, alguns de caráter criminoso, eram cooptados pela quadrilha, que mobilizava famílias de outras cidades transportando-as, com todos os seus pertences, para dentro da Terra Indígena.

CONT.



Os invasores recebiam apoio logístico, lonas e alimentação do grupo criminoso, que lhes prometia ainda glebas de terra no interior da área indígena.

A associação criminosa recebia recursos de apoiadores de outros Estados da federação para financiar suas atividades, de modo a inviabilizar o acesso de índios aos seus territórios. A influência do movimento estendia-se a conflitos envolvendo direitos indígenas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia e Paraná.

Entre os crimes investigados está o de invasão e grilarem de terras públicas, incêndio em edifício público, ameaça, associação criminosa armada, roubo, furto, sequestro e cárcere privado, entre outros.

Marãiwatsédé – Com cerca de 165 mil hectares, a terra indígena Marãiwatsédé localizada no município de Alto Boa Vista, São Felix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia (MT), foi declarada de ocupação tradicional indígena pela Portaria 363 do Ministério da Justiça (de 1º de outubro de 1993) e teve a demarcação territorial homologada por decreto do Presidente da República em 1998. Atualmente, cerca de 900 Xavantes vivem na área, da qual foram retirados na década de 60, durante a Ditadura Militar.

A retirada dos não-índios que ocupavam indevidamente a Terra Indígena foi determinada por decisão judicial exarada em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso.